



# Anais da Assembléia

41

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 30 DE ABRIL de 1987.

ANO XIII

1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 29.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 1987  
QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Srs. Deputados Anibal Khury e Lindolfo Júnior.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acir Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Antônio Bárbara, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazari Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (53). Achando-se em licença o Senhor Deputado Homero Oguido (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

Requerimentos:

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, preferência na votação das Emendas n. 1, 27, 45 e 48 e que as demais emendas com Pareceres contrários sejam vo-

tadas conjuntamente.

Sala das Sessões, em 30.04.87

(a) CAÍTO QUINTANA.

Líder do PMDB.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, após ouvido o Plenário, que no encaminhamento de votação das Emendas apresentadas ao Projeto de Lei n.32/87 se faça a votação em conjunto.

Sala das Sessões, em 30.04.87

(a) CAÍTO QUINTANA.

Líder do PMDB.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, com base no Regimento Interno, preferência na votação para a Emenda de n. 44, de minha autoria, apresentada ao Projeto de Lei n. 32/87.

Sala das Sessões, em 30.04.87

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições, e, após ouvido o Plenário, REQUEREM voto de profundo pesar pelo passamento ocorrido dia 28 do corrente, no Município de Cambará, do Senhor Laurindo Francisco.

Outrossim, Requerem ainda, após aprovação do presente, dê-se ciência à família enlutada, Senhora Nizair Francisco e os filhos Nivaldo, Marcelo, Márcia e Denise.

Sala das Sessões, em 30.04.87

(aa) HERMAS BRANDÃO e

TADEU LÚCIO MACHADO.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o registro em Ata da presente Sessão, de "Votos de Congratulações" e manifestações de regozijo, pela data que assinalará a 03 de maio vindouro, as comemorações alusivas ao 116.<sup>o</sup> aniversário do progressista município de Imbituva, expressões estas que atribui aos Excelentíssimos Senhores Nelson Theodoro Fenker, Prefeito Municipal, José Alberto Tessari, Presidente da Câmara Municipal e Dr. Wolmy Furtado de Andrade, Meritíssimo Juiz de Direito daquela Comarca.

Desta decisão, REQUER, ainda, seja dada ciência às autoridades mencionadas.

Sala das Sessões, em 30.04.87

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

JUSTIFICATIVA:

Ao formalizarmos uma síntese da história de Ibituva, fazemos um preâmbulo para enaltecer a importância e o significado desse próspero Município no contexto estadual, como figurante da maior expressão no desenvolvimento sócio-econômico e cultural de nosso Estado.

Contando com uma população aproximada em trinta mil habitantes, residentes tanto na zona rural como urbana, distribuídos numa área total de 976 Km<sup>2</sup>, com um processo desenvolvimentista e uma sustentação sócio-econômica galgada na agricultura, indústria e pecuária, que envolvem, direta e indiretamente, toda a população existente, Ibituva traduz em sua história, a própria história do Paraná.

Em 1871, por iniciativa de Antônio Lourenço, bandeirante de fibra, vindo de Faxina, Capitania de São Paulo, é dado início à construção da Vila de Cupim, o então hoje município de Ibituva. Juntam-se a esse pioneiro, colonos alemães, procedentes de Santa Catarina, poloneses, russos, que, com sua luta titânica e espírito empreendedor deram notável contribuição ao seu progresso e desenvolvimento.

As primeiras famílias que ali se instalaram, prepararam o caminho para o estabelecimento de outras. Os colonos alemães fixaram residência na direção da estrada que mais tarde ligaria Ibituva e Guarapuava, Ribeira, Mato Branco e Maria Brava e ao todo eram aproximadamente cinquenta famílias.

Em 1909, foi fundada a Colônia do Cedro, e, também, os italianos, adquiriram terras em Cupim e iniciaram a fundação de uma Colônia.

Dez anos depois, em 1881, de conformidade com a Lei n. 651, de 26 de março, a povoação de Cupim é elevada à categoria de vila, com a denominação de Ibituva.

Pela Lei n. 938, de 02 de abril de 1910, Ibituva recebeu foros de Cidade, sendo elevada à Comarca de segunda entrância.

O seu território pertencia ao município de Ponta Grossa, abrangendo inicialmente a área que hoje forma os municípios de Irati e Prudentópolis.

Em síntese, esta é uma grande parte da história do município de Ibituva, cujo surgimento caracterizou-se pelas ações arrojadas e empreendedoras de pioneiros, que demonstraram, sobretudo, uma forte e indecifrável crença que muitas seriam as riquezas que poderiam extrair do vigor do seu solo fértil.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso

de suas atribuições legais, submete à Mesa da Assembléia, na forma regimental, a seguinte proposição:

CONSIDERANDO que amanhã, 1.<sup>o</sup> de maio, comemora-se internacionalmente o DIA DO TRABALHADOR, que ainda continua sendo o sustentáculo da Nação brasileira, embora tendo seus direitos violentados e o seu trabalho desvalorizado dia a dia;

CONSIDERANDO que a origem deste dia surgiu para lembrar o massacre sofrido por trabalhadores americanos que protestavam contra a exploração a que eram submetidos, e assim o DIA DO TRABALHADOR recorda dor e sobretudo a exploração.

CONSIDERANDO que para os 54 milhões de trabalhadores brasileiros reconhecidos pelo Ministério do Trabalho e para outros tantos milhões do mercado informal, o dia 1.<sup>o</sup> de maio continua sendo de dor e exploração, porque o salário mínimo atual é o mais baixo dos últimos trinta e cinco anos, não sendo suficiente sequer para a alimentação básica do trabalhador;

REQUER, "Votos de Congratulações" a ser consignado na Ata dos trabalhos da presente Sessão, como uma homenagem aos trabalhadores no DIA DO TRABALHO para que prossigam eles na luta por seus direitos, pelo fortalecimento dos movimentos sindicais capazes de produzir profundas modificações na organização social do País, onde o trabalhador seja valorizado e o seu trabalho receba remuneração justa.

REQUER, ainda uma vez aprovado o presente requerimento, seja dado conhecimento deste às entidades mencionadas em anexo.

Sala das Sessões, em 30.04.87

(a) ALGACI TÚLIO.

ENTIDADES:

1. Central Geral dos Trabalhadores - CGT - Paraná.

Rua 15 de Novembro, 2556 - 222.1732.

Presidente: Feliciano Moreira

2. Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná.

Av. Sete de Setembro, 775 - 222.1732.

Presidente: Antenor Beni

3. Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Est. do Pr.

Des. Ermelino Leão, 465 - Presidente: Roberto Lopes - 224.5573.

4. Federação do Comércio Varejista do Estado do Paraná

Rua Monsenhor Celso, 154 - s/.1204 - 222-0373.

5. Federação de Trabalhadores nas Indústrias da Construção Mobiliária do Estado do Paraná.

Rua Dr. Faivre, 888 - 2.<sup>o</sup> and. - 264.4292.

6. Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado do Paraná.

Rua 15 de Novembro, 2556 - 262.0033.

7. Federação dos Trabalhadores no Comércio do Estado do Paraná.

Marechal Hermes, 910 - 252.6244.

8. Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentos do Estado do Pr. Alameda Cabral, 737 - 223.9760.

9. Federação dos Empregados em Estabelecimentos de Serv. de Saúde do Est. do Pr.

Coronel Dulcídio, 1425 - 242.3216.

10. Central Única dos Trabalhadores - CUT - Paraná.

Rua Lamenha Lins, 2064.

Presidente: Geraldo M. de Oliveira.

11. SINDIPETRO

Rua Lamenha Lins, 2064

JUSTIFICATIVA:

O início das reivindicações dos trabalhadores na greve de 1886, em Chicago, que deu origem ao dia comemorativo e de luta dos trabalhadores.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado um voto de louvor, pelo transcurso do 1.º de maio, Dia do Trabalhador.

Sala das Sessões, em 30.04.87.

(a) RAUL LOPES.

JUSTIFICATIVA:

A Classe dos trabalhadores bem poderia ser representada como o deus Atlas da mitologia grega, a sustentar sobre seus ombros o mundo moderno com tudo o que tem produzido de bom com o fruto de seus esforços.

Este País tem riquezas naturais, força de trabalho e capital. Tenhamos inteligência e solidariedade humana capaz de organizar da melhor forma estes fatores, procurando suprimir, de um lado o luxo e o superfluo, de outro a miséria.

Assim teremos uma Nação feliz, onde poderemos comemorar no seu dia, níveis de vida mais dignos ao trabalhador.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de convite ao ex-Ministro da Fazenda, Excelentíssimo Senhor Dilson Funaro, para proferir palestra nesta Assembléia, em data, a ser definida, com relação à economia brasileira.

Sala das Sessões, em 30.04.87

(a) DIRCEU MANFRINATO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, REQUER seja encaminhada moção de solidariedade à Comision Chilena dos Derechos Humanos e cópia ao Ministro do Interior do Chile, Senhor Ricardo Garcia, pela libertação de Clodomiro Almeyda, líder socia-

lista, exilado por mais de doze anos, que sofre, juntamente com inúmeros companheiros chilenos, o drama de não poder permanecer em sua pátria por imposição da ditadura militar de Pinochet, onde se exija também a libertação de todos os presos políticos e a restauração da democracia.

Sala das Sessões, 30.04.87

(a) IRONDI PUGLIESI.

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento justifica-se face à necessidade de todos os povos latino-americanos se unificarem contra a tirania, o arbítrio, e os regimes ditatoriais, sempre instrumentos utilizados para explorar e colonizar nossos povos.

Somos sabedores das arbitrariedades cometidas diariamente no Chile pelo regime de Pinochet, atitudes que agridem os direitos humanos, mesmo em seus princípios mais elementares.

Recentemente Carmem Glória foi queimada viva pelos militares quando em represão às manifestações populares. Fatos como esse demonstram os métodos utilizados pela ditadura, e que levaram mais de quatrocentos presos políticos (doze deles por trinta e sete dias) a decretarem greve de fome contra as atrocidades cometidas.

No caso específico, Clodomiro Almeyda, ex-professor universitário, ex-chanceler do Governo da Unidade Popular, regressou clandestinamente ao Chile e no dia 25 de março, apresentou-se ao Tribunal da Justiça para exigir seu legítimo direito de viver no Chile. O Tribunal o absolveu das acusações e o confinou por noventa dias na localidade de Chile Chico. Esta atitude corajosa de Clodomiro Almeyda coloca inevitavelmente para definição do regime a questão de 1400 exilados impedidos de regressar ao Chile.

Esta Moção de Apoio se configurará numa resposta à Comissão Exterior da Central Única dos Trabalhadores do Chile, Agrupación Familiares de Presos Políticos, partidos oposicionistas, além de inúmeras entidades populares que vem solicitar a solidariedade dos parlamentares paranaenses, somando-se a opinião pública nacional e internacional contra a perseguição política, pela imediata liberação de todos os presos políticos, pelo direito dos chilenos poderem viver pacificamente em seu País. Fim do exílio. Fora Pinochet. Democracia agora.

Os endereços para o envio da presente moção são os seguintes:

. Comisión Chilena de Derechos Humanos  
Sr. Gonzalo Taborga - Sección Relaciones Internacionales. Rua Huerfanos, 1805 - Santiago - Chile.

. Ministro Del Interior  
Sr. Ricardo García  
Palácio de La Moneda

Santiago - Chile

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Exmo. Senhor Ministro da Agricultura, Sr. Iris Rezende, no sentido de acolher as seguintes reivindicações constantes do documento apresentado pela Comissão de Agropecuária da "AMSOP" - Associação dos Municípios do Sudoeste Paranaense - referentes à suinocultura:

1. - Formação de estoque regulador de mercado de carne suína (com suíno produzido no País).

2. - Revisão e garantia de preço mínimo de suínos, com base nos custos de produção calculados pela EMBRAPA.

3. - Concentração de esforços para abertura de canais de exportação da carne suína.

4. - Formulação de linhas de crédito à suinocultura com juros e correção subsidiadas, com prazos fixos, em benefícios dos suinocultores tradicionais.

5. - Adequação da linha de crédito colocada à disposição dos suinocultores em forma de condomínios e viabilização da mesma, mediante o valor de um milhão de cruzados (Cz\$ 1.000.000,00), isto é, o dobro do valor proposto pelo BNDES. E extinção da correção monetária proposta, permanecendo os prazos de carência e amortização, bem como os juros de 3% a fim de caracterizar a finalidade social e viabilizar o projeto.

6. - Solicitação de que sejam ouvidas as entidades representativas do setor específico, nas decisões maiores referentes à suinocultura, como importação de carnes, melhoria genética, aumento de produção, e sanidade, entre outros.

7. - Prorrogação dos investimentos contraídos a partir de 28.02.86, com extinção da correção monetária durante a vigência do contrato.

Sala das Sessões, em 30.04.87

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN.

## JUSTIFICATIVA:

São inúmeras as dificuldades enfrentadas por aqueles que se dedicam à suinocultura na Região Sudoeste do Estado do Paraná. A falta de mercado comprador para suínos em condição de abate, os preços pagos aos suínos terminados, em torno de Cz\$ 11,00 Kg, os quais não cobrem os custos da produção que atingem Cz\$14,58 Kg. e as constantes elevações dos insumos básicos utilizados na alimentação de suínos em contrapartida à queda dos preços, a inexistência de linhas de crédito compatíveis com a suinocultura, a inatividade de laboratório para diagnóstico de doenças em

suínos, e algumas decisões desnecessárias, além de inoportunas, sobre a suinocultura nacional - entre elas a importação de carcaças suínas -, vêm se constituindo em sérios percalços e entraves ao desenvolvimento deste setor, dos mais lícitos para o crescimento econômico de nosso Estado.

As reivindicações e propostas sugeridas pela "AMSOP", cuja representatividade é incontestável, de vez que congrega vinte e nove autoridades máximas municipais, enfatizam os custos para uma criação média de vinte e quatro matrizes, bem como a receita da comercialização para cálculo de lucro e Funrural, comprovando a necessidade premente da implementação das medidas requeridas, conforme quadro anexo. Sendo este requerimento um anseio das comunidades de todos os Municípios integrados à "AMSOP", bem como de toda a sociedade paranaense, ficamos na expectativa de que Sua Excelência, o Senhor Ministro da Agricultura, Iris Rezende, venha a acolhê-lo de pronto, para que o Paraná venha a prestar uma colaboração ainda mais relevante no desenvolvimento econômico-social brasileiro.

Uma vez aprovado este, seja dada ciência à Presidência da "AMSOP", a cada uma das Prefeituras Municipais a ela integradas, e às respectivas Presidências das Câmaras Municipais.

## ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

### DO SUDOESTE PARANAENSE - "AMSOP"

#### Municípios Filiados:

Ampére, Barracão, Capanema, Chopinzinho, Cel. Vivida, Clevelândia, Dois Vizinhos, Enéas Marques, Francisco Beltrão, Itapejara D'Oeste, Manguaçu, Mariópolis, Mar-meleiro, N. Prata do Iguaçu, Pérola D'Oeste, Pato Branco, Planalto, Pranchita, Quedas do Iguaçu, Renascença, Realeza, Salgado Filho, Salto do Lontra, S. Izabel do D'Oeste, S. Ant. do Sudoeste, São João, S. Jorge D'Oeste, Verê e Vitorino.

### CUSTOS PARA UMA CRIAÇÃO MÉDIA DE 24 MATRIZES

40 Kg. de ração inicial x 4,00	
por Kg	Cz\$ 160,00
50 Kg. de Conc. engorda x 6,00	
por Kg.	Cz\$ 300,00
230 Kg. de milho x Cz\$ 2,25	
por Kg.	Cz\$ 517,50
Medicamentos para animal	
de abate	Cz\$ 92,71
Mão-de-obra por animal	
de abate	Cz\$ 57,00
Trituração de Milho	
por animal de abate	Cz\$ 1,00
Gastos com instalação	
por animal de abate	Cz\$ 49,85
Gastos com alimentação de	
matriz por animal de abate	Cz\$ 229,40

Gastos com alimentação de  
 cachapo por animal de abate Cz\$ 15,54  
 FUNRURAL (2,5%) Cz\$ 30,00  
 Imprevistos Cz\$ 5,08  
 TOTAL .....Cz\$1.458,00  
 Cz\$1.458,00: 100Kgs. = 14,58 por Kg. de  
 suíno vivo.

#### RECEITA DA COMERCIALIZAÇÃO PARA CÁLCULO DE LUCRO E FUNRURAL

Supondo que o animal com estes cuidados  
 venha obter 100 Kgs. de peso vivo.

Preço do dia para suíno

tipo carne Cz\$ 12,00

100 Kgs. x 12,00 por Kg Cz\$1.200,00

Cz\$1.200,00 x 2,5%(FUNRURAL) Cz\$ 30,00

RECEITA Cz\$ 12,00 por Kg.

Custos Cz\$ 14,58 por Kg.

Lucro ou prejuízo Cz\$ - 2,58 por Kg.

OBS: Este custo de produção pode sofrer  
 variações em função do preço pago ao qui-  
 lograma de suíno vivo, tecnologia aplica-  
 da, número de matrizes e gastos em geral.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,  
 no uso de suas atribuições regimentais,  
 REQUER, após ouvido o Plenário, seja enca-  
 minhado ofício ao Excelentíssimo Senhor  
 Secretário de Estado dos Transportes do  
 Estado do Paraná, Dr. Heinz Georg Herwig,  
 solicitando camada asfáltica na avenida  
 Getúlio Vargas, no Município de Verê.

Sala das Sessões, em 30.04.87.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

#### JUSTIFICATIVA:

Há muito o Municípios de Verê anseia  
 pelo asfaltamento da avenida Getúlio Var-  
 gas, uma das mais importantes vias daquele  
 Município. Centro nervoso de Verê, é ela  
 que dá acesso ao Município de Francisco  
 Beltrão, à Sede da Prefeitura Municipal e  
 ao Centro Turístico da região, "Águas do  
 Verê". Justifica-se sobremaneira, portan-  
 to, esta medida, uma vez que ela implica  
 no progresso e desenvolvimento do Municí-  
 pio, desempenhando relevante função ao in-  
 cremento do turismo paranaense, bem como  
 no crescimento da indústria e do comércio  
 no Sudoeste.

Uma vez aprovada esta iniciativa, seja  
 dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Pre-  
 feito Municipal de Verê, bem como à Câmara  
 de Vereadores do citado Município.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,  
 no uso de suas atribuições regimentais,  
 REQUER, após ouvido o Plenário, que se en-  
 vie requerimento para o Excelentíssimo Se-  
 nhor Secretário de Estado da Educação,  
 Doutor Belmiro Valverde Jobim Castor, no  
 sentido de incluir no Plano de Obras da

"FUNDEPAR" uma quadra de esportes na Esco-  
 la Estadual Marechal Deodoro da Fonseca,  
 ensino de 1. Grau, no Distrito de Sede  
 Progresso, Município de Verê.

Sala das Sessões, em 30.04.87.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

#### JUSTIFICATIVA:

A Escola Estadual Marechal Deodoro da  
 Fonseca vem se constituindo junto aos mo-  
 radores de Sede Progresso, no Município de  
 Verê, no único canal de acesso aos conhe-  
 cimentos elementares da informação e for-  
 mação da citada comunidade, razão pela  
 qual a comunidade reivindica uma quadra de  
 esportes.

Sendo o esporte, fundamental para o  
 desenvolvimento global do cidadão, esta  
 reivindicação reveste-se justa e premente.

A presente justificativa recebeu ao  
 mesmo tempo o apoio oficial do Excelentís-  
 simo Senhor Rovílio Renostro, DD. Inspetor  
 Estadual de Educação, conforme protocolo  
 em anexo.

Uma vez aprovado este requerimento,  
 seja dado ciência à Prefeitura Municipal  
 de Verê, bem como à Digníssima Presidência  
 da Câmara Municipal do mesmo Município.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,  
 no uso de suas atribuições regimentais,  
 REQUER, após ouvido este Egrégio Plenário,  
 o envio de expediente ao Excelentíssimo  
 Senhor Osmar Fernandes Dias, MD. Secretá-  
 rio de Estado da Agricultura e do Abaste-  
 cimento, solicitando estudos para que via-  
 bilize a construção de um armazém grane-  
 leiro no município de Paranaipoema, para a  
 acomodação da safra agrícola produzida na  
 região, pois como é sabido, a safra que  
 nosso Estado vem produzindo requererá, ne-  
 cessariamente, grandes silos, razão esta  
 que precedemos à alternativa em questão  
 para assegurarmos o produto agrícola que  
 encontra-se em franca colheita.

Sala das Sessões, em 30.04.87.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,  
 no uso de suas prerrogativas regimentais,  
 REQUER, após ouvido este Douto Plenário, o  
 envio de expediente ao Excelentíssimo Se-  
 nhor Heinz Georg Herwig, MD. Secretário de  
 Estado dos Transportes, solicitando-lhe  
 que seja agilizada a construção da ponte  
 sobre o Rio Andirá, estrada Andirá, na di-  
 visa dos Municípios de Ourizona e São Jor-  
 ge do Ivaí, empreendimento este que há  
 muito tempo vem sendo aguardado pela popu-  
 lação de ambos os Municípios, pois a  
 transposição desse obstáculo torna-se por  
 demais perigoso nos dias chuvosos, blo-

queando tráfegos pesados.

Sala das Sessões, em 30.04.87.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Heinz Georg Herwig, MD. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando-lhe estudos para a pavimentação asfáltica da estrada de leito natural que liga o Município de Inajá ao Distrito de Florópolis, situada no Município de Paranapoema e deste, à localidade denominada Placa Noroeste que dá acesso à PR-464, este último trecho com a distância de aproximadamente 7 Km.

Sala das Sessões, em 30.04.87.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas constitucionais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Heinz Georg Herwig, MD. Secretário de Estado dos Transportes, para que viabilize a pavimentação asfáltica da estrada de leito natural que dá acesso à localidade denominada Vila Rica, no Município de Fênix, patrimônio histórico da Cidade, onde o Prefeito, juntamente com autoridades, vem desenvolvendo um trabalho de preservação deste marco cultural.

Sobressaltamos ainda a necessidade do empreendimento, pois ali concentra-se uma enorme região de pequenos agricultores que, além de facilitar o acesso de turistas ao citado local, favoreceria o escoamento de safras.

Sala das Sessões, em 30.04.87.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente à Assembléia Nacional Constituinte, propondo estudos para a criação de um seguro para a agricultura, visando apoiar os agricultores em casos de frustração de safras ou desastres econômicos.

Sala das Sessões, em 30.04.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

#### JUSTIFICATIVA:

O Paraná e grande parte dos Estados brasileiros assistem a milhares de execuções de dívidas de agricultores, cujas safras agrícolas estão comprometidas em consequência dos elevados juros bancários e

de uma política econômica que não reconhece, ao menos preços justos para os produtos agrícolas.

Em consequência dessa realidade, milhares de agricultores estão tendo suas terras leiloadas, suas propriedades vendidas e suas esperanças destruídas. Sendo assim, é necessário reverter essa situação através da prevenção, mediante um seguro para a agricultura, que atenda e dê segurança aos agricultores e aos bancos.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Douto Plenário, que esta Casa, através de sua Comissão de Agricultura, participe diretamente da Campanha de Prevenção e Combate ao Bicudo do Algodoeiro, anunciada pela Secretaria da Agricultura.

Sala das Sessões, em 30.04.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

#### JUSTIFICATIVA:

O engajamento desta Assembléia Legislativa na Campanha de Prevenção e Combate ao Bicudo do Algodoeiro, se constituiu em medida necessária tendo em vista as razões contidas na justificativa da Campanha e apresentadas em carta do Senhor Secretário Osmar Dias, da Agricultura.

"O Paraná é o primeiro produtor nacional de algodão, sendo inegável a importância econômica, social e política da cultura para o nosso Estado.

Com uma área média anual de 400.000 (quatrocentos mil) hectares cultivados, a cotonicultura representa a sobrevivência para aproximadamente 35.000 (trinta e cinco mil) agricultores, que somados ao setor instalado de empresas de beneficiamento e transformação, se constitui em segmento de vital importância para os 121 (cento e vinte e um) Municípios das regiões Norte, Noroeste e Oeste do Estado, como fonte geradora de riquezas e equilíbrio social nos meios rural e urbano.

A ocorrência da praga denominada BICUDO DO ALGODOEIRO, que em 1983 foi detectada em São Paulo e Estados nordestinos, causando sérios prejuízos nas lavouras, em muito nos tem preocupado, pois desde o ano de 1985 também foi identificado em nosso Estado, infestando algumas regiões nobres da cotonicultura, nos Municípios de Maringá, Sarandi, Santo Antônio da Platina, Marialva, Paigandu, Barra do Jacaré, Bom Sucesso, Mandaguari, Itambé, Mandaguaçu, Cambará e Jacarezinho, colocando em risco, as demais áreas onde é cultivado.

O alastramento do Bicudo do Algodoeiro, poderá comprometer a exploração da cultura em nosso Estado, se medidas enérgicas de prevenção e combate não forem to-

madras com o apoio integral da sociedade paranaense, pois, a passividade em relação à praga, poderá inviabilizar a exploração econômica, devido à elevação dos gastos para se obter produção, gerando sérios problemas sociais e econômicos, além dos aspectos ambientais negativos advindos do aumento de aplicação de agrotóxicos".

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja oficializada solicitação ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento, Osmar Fernandes Dias, no sentido de que se viabilizem os seguintes itens, constantes de documento reivindicatório da Comissão de Agropecuária, integrada à AMSOP - Associação dos Municípios do Sudoeste Paranaense:

Item I: Programa de Manejo Integrado de Solos e Água (P.M.I.S.A.)

a) Viabilizar trinta e sete mil horas para o Projeto Integrado de Conservação de Solos da Microrregião de Francisco Beltrão e onze mil horas para a Microrregião de Pato Branco.

b) Manter o subsídio de 60% do valor da hora máquina dos pequenos produtores e de 40% para os médios, de acordo com o programa pré-estabelecido.

c) Viabilizar uma linha especial de crédito para os produtores que participam do Programa de Manejo Integrado de Solos e Água (P.M.I.S.A.)

d) Abertura imediata de Concurso para contratação de Técnicos da área oficial, visando atender as demandas dos Municípios.

Item II: Programa de Renovação Genética.

a) Municipalizar o sistema de troca de sementes firmando convênios com a CAFE DO PARANÁ e Prefeituras Municipais.

Item III: Questão Fundiária (Assentamentos)

a) Que seja concedida maior participação às Prefeituras Municipais, na elaboração dos processos, das normas de liberação dos recursos e na definição dos critérios de seleção de novos assentados.

b) Definição de uma política, a curto, médio e longo prazo, para a Reforma Agrária.

c) Assentamento somente de famílias já cadastradas, após nova triagem.

d) Contratação de técnicos para atuação nos assentamentos já existentes.

e) Alteração no critério de execução dos agricultores em débito com agentes financeiros, no sentido de evitar o "leilão das propriedades", bem como a canalização prioritária dessas áreas para alocação de novos assentamentos.

Sala das Sessões, em 30.04.87.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

#### JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento vem endossado pela Associação dos Municípios do Sudoeste Paranaense - "AMSOP" -, via Comissão de Agropecuária da mesma, de incontestável representatividade, constituída que é pelos Prefeitos da região sudoeste e técnicos vinculados ao sistema de agricultura e das prefeituras municipais. Em audiência especial, a referida Comissão - representando o pensamento da "AMSOP", colocou reivindicações acima requeridas ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento, Dr. Osmar Fernandes Dias, obtendo, da parte daquela autoridade, ampla receptividade. O Documento Proposta elaborado pela Comissão de Agropecuária da "AMSOP" enfatiza a existência de 63.645 propriedades rurais na Região Sudoeste, cuja área média é de 22 hectares, com um percentual de 73% das referidas propriedades formados por pequenos e mini-produtores, 24,6% de médios e 2,4% de grandes produtores. Cadastradas como sem terra, estão trinta e oito mil famílias de agricultores. O requerimento visa, portanto, estimular a permanência do agricultor no campo, evitando o êxodo rural e o agravamento do número de sem-terra, propondo o aumento da produtividade através de um bem planejado programa de manejo integrado de solos.

Ao mesmo tempo, o Programa de Renovação Genética, se agilizado de maneira a encontrar maior eficiência, fará com que os custos de produção das culturas sejam minimizadas. É, portanto, fator fundamental para o fortalecimento da agricultura paranaense e dos produtores da região Sudoeste, que o requerimento acima seja encaminhado, acatado e prontamente agilizado.

Uma vez aprovado, que se dê ciência à AMSOP, bem como aos Excelentíssimos Senhores Prefeitos da Região Sudoeste e respectivos Presidentes das Câmaras Municipais de Vereadores dos Municípios integrantes da AMSOP.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Paulino Delazeri, no uso e suas atribuições regimentais, REQUER, em regime de urgência; após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Agricultura, solicitando providências junto à EMPRESA PARANAENSE DE CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS - CLASPAR, para que se faça coleta de amostra do café de consumo comercializado no Paraná e posterior análise de qualidade. Não havendo condições técnicas de ser feita a análise no Estado, sugerimos o Insti-



tuto Adolfo Lutz, com sede em São Paulo.

Sala das Sessões, em 30.04.87.

(a) PAULINO JOSÉ DELAZERI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, que seja enviado expediente ao ilustre Senhor Dr. João Carlos Finardi, digníssimo Presidente do Banco do Estado do Paraná - BANESTADO, solicitando que se envide esforços e estudos no sentido de viabilizar a instalação de uma agência do referido Banco no Distrito de Ivaté.

Uma vez aprovado, que se dê ciência, ao Senhor Antônio Moresca, titular do Tabelionato Moresca, do Distrito de Ivaté-Comarca de Umuarama (CEP. 87.510).

Sala das Sessões, em 30.04.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO

#### JUSTIFICATIVA:

É notável o grande desenvolvimento sócio-econômico do futuro Município de Ivaté, (em cronograma para Plebiscito até 23.07.87), contando, hoje, com uma população de 11.000 habitantes e, um território de aproximadamente 20.000 alqueires.

A economia está baseada, principalmente, na agricultura, sendo o café o principal produto também a sericultura, a agropecuária e o comércio.

No setor industrial, que muito tem se desenvolvido nos últimos anos, Ivaté, possui um laticínio com capacidade de receber 14.000 litros de leite diários, e, ainda, uma usina de álcool, com capacidade para 150.000 litros diários, a ser inaugurada, ainda, este ano.

Com esta iniciativa, a comunidade de Ivaté poderá contar com a extensa linha de crédito deste conglomerado financeiro, e o Governo do Paraná, estará participando, ativamente, no progresso do futuro Município.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Gilney Carneiro Leal, Digníssimo Chefe da Casa Civil do Governo do Estado do Paraná, solicitando a realização de estudos para a criação de um Seguro para a Agricultura, a nível estadual, junto aos bancos e às entidades representantes da agricultura, visando proteger os agricultores em casos de frustração de safras ou desastres econômicos.

Sala das Sessões, em 30.04.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

#### JUSTIFICATIVA:

É necessário que os agricultores e os bancos tenham um sistema de garantia ou respaldo financeiro em casos de filtração de safras ou desastres econômicos, para evitar a situação calamitosa que se verifica hoje no Estado do Paraná com execução de bens, penhoras e leilões de propriedades de agricultores cujo único crime foi produzir riquezas para o nosso País.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, que seja enviado expediente ao ilustre Dr. Evaldo Podolan, digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, no sentido de viabilizar estudos e recursos para a construção de uma quadra de esportes, na Escola Estadual Dr. Antenor Pâmphilo dos Santos, Ensino de 1.º Grau, Iporã - Pr.

REQUER, também, que do presente requerimento uma vez aprovado, sejam enviadas cópias à Direção do referido estabelecimento de ensino, nas pessoas das Professoras Euslete Anália Eller Emerick, Diretora, e Lúcia Albuquerque do Nascimento, Secretária.

Sala das Sessões, em 30.04.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO

#### JUSTIFICATIVA:

Conforme solicitação das senhoras professoras, representando a comunidade de Iporã, e com a implantação gradativa de 5.ª a 8.ª Série do 1.º Grau, cresce a necessidade da construção da cancha poliesportiva, para que os alunos possam praticar esportes e fazer educação física.

A atividade recreativa e esportiva torna saudável nossas crianças, principalmente na fase de crescimento, além de contribuir para o seu equilíbrio sócio-psicológico.

#### Projeto:

PROJETO DE LEI N. 054/87

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º - Aos ministros de cultos religiosos, tais como: Pastores, Evangelistas, Presbíteros, Diáconos, Padres, Bispos, etc... e todos quanto estiverem aptos e devidamente credenciados pelas suas convenções gerais, estaduais ou por conselhos, é permitido o livre acesso aos hospitais para prestarem assistência religiosa e espiritual aos doentes, a qualquer hora do dia ou da noite.

Art. 2.º - Será responsabilizado nos termos da Lei a pessoa que, em nome ou representando a administração hospitalar, dificultar ou impedir a entrada de representante de cultos religiosos nos nosocô-



mios de qualquer espécie localizados no Estado.

Art. 3.º - A regulamentação da presente Lei será procedida no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, pela Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 4.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.04.87.

(a) JOSÉ FELINTO

#### JUSTIFICATIVA:

A presente proposição tem única e exclusivamente a finalidade de assegurar o livre acesso dos ministros dos credos religiosos nos nosocomios públicos ou privados para atendimento espiritual e religioso às pessoas internadas nos aludidos estabelecimentos hospitalares.

Não obstante assegure a Constituição Federal a assistência e o livre culto religioso de qualquer credo, muitos doentes internados em hospitais ficam privados de receber a visita confortadora de seu guia espiritual ou ministro de sua religião, em decorrência de regulamentos ou convenções dos hospitais onde se encontram internados.

O objetivo do presente Projeto de Lei, portanto, é assegurar a muitos religiosos a assistência espiritual em consonância com o mandamento constitucional que garante, aos fiéis de todos os cultos, a mais ampla liberdade de professar qualquer religião, inclusive o benefício da assistência religiosa, a qual, no caso dos doentes internados em hospitais, assume características especiais, principalmente no que tange ao realçamento da fé, tão necessária, na maioria das vezes, para um mais rápido restabelecimento dos enfermos.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - (Não há Expediente a ser lido).

Conforme requerimento aprovado na última sessão de 23 de abril, as Lideranças acordaram em apresentar um requerimento dizendo que nas sessões matutinas das quintas-feiras não haveria Pequeno Expediente, nem Grande Expediente. Diante do requerimento aprovado, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto a Liderança do PDS se fará uso do seu tempo.

(Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PT se fará uso da palavra.

(Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PDT se fará uso da palavra.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Subo à esta tribuna, mais uma vez, para enfocar uma situação das mais críticas pela qual passa, em especial, a nossa cidade, a Cidade de Curitiba, como de resto o Estado do Paraná e o Brasil também: a área da educação.

Ontem esta Casa teve a honra de receber e ver as suas galerias e todo o plenário tomado por aproximadamente 1.200 professores que aqui vieram trazer o seu testemunho, que aqui vieram falar do drama que estão vivendo, e da maneira como estão sendo tratados pelo Prefeito desta cidade.

Os Senhores Deputados, que participaram da audiência pública de ontem, tiveram a oportunidade de tomar conhecimento da realidade pelo qual passa o professorado a nível de município.

Curitiba, que já teve a honra de ter o melhor nível de professores municipais do País, hoje lamentavelmente a que nível caiu, e por que motivos? Principalmente pelos desmandos, pela incompetência gerada pela Secretaria de Educação desta cidade.

A Assembléia Legislativa, a exemplo da Câmara Municipal de Curitiba, não poderia ficar omissa diante de uma luta tão importante de uma classe essencial para a formação das nossas crianças, de nossos filhos, classe esta também responsável pela formação de todos nós, Parlamentares. E a Assembléia Legislativa, graças à compreensão da Comissão Executiva, graças à compreensão do Deputado Antônio Annibelli, Presidente desta Casa, graças à compreensão do 1.º Secretário, Deputado Anibal Khury, do 2.º Secretário, Deputado Lindolfo Júnior, não ficou omissa nesta luta dos professores. E este Plenário, este Parlamento, precisa ser usado por todas as classes, por todos os segmentos da sociedade. Nós precisamos abrir as portas deste Plenário para que aqui, todos os dias se realizem debates de interesse da comunidade. E, por essa demonstração dada ontem, Assembléia Legislativa hoje recebe retorno, porque a Imprensa registra não uma promoção do Deputado Algaci Túlio, nem uma promoção do Deputado Rafael Greca, mas uma promoção dos 54 Deputados que tomam assento nesta Casa, que entenderam a necessidade desta audiência, por que, afinal de contas, se somos Deputados por um Município, Curitiba, os Senhores também tiveram alguns votos em Curitiba e, portanto, também tinham o direito de saber da realidade do ensino em nossa Capital.

O Sr. Dirceu Manfrinato- Vossa Excelência me concede um aparte, Deputado? (Assentimento).

Eu agradeço a Vossa Excelência pelo aparte, mas gostaria de lembrar ao ilustre Deputado que as portas dos Poderes Públicos do Paraná e do Brasil se abriram à

classe trabalhadora devido à luta incansável do ex-MDB, hoje PMDB, que lutou contra o arbítrio, que lutou contra as injustiças. E Vossa Excelência é testemunha que, ao solicitar da presidência da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná que a classe dos professores municipais fosse recebida, foi prontamente atendido.

Só gostaria de ser testemunha, ilustre Deputado, de que o PMDB abriu os espaços para as discussões. Muito obrigado pelo aparte de Vossa Excelência.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado, Deputado Dirceu Manfrinato.

Entendi realmente o seu aparte, gostaria de dizer que não vou aqui voltar ao passado, porque ao passado político deste País e eu pertenci - quero deixar bem claro isso. E se o PMDB abriu, deu chances para que isto pudesse acontecer, não foi apenas a participação do PMDB, mas foi a participação de um número muito grande de homens, independente de cores partidárias, e eu me coloco entre eles, porque eu fui um daqueles que subiu aos palanques das diretas, das mesmas diretas que o PMDB usou como bandeira e das quais se esqueceu. E hoje, por incrível que pareça, nas páginas dos jornais, aparece o Prefeito Roberto Requião de Mello e Silva dizendo que está lutando pelas diretas já.

Mas, na verdade, o que é importante - e eu repito mais uma vez que não quero criar uma polêmica em torno do assunto pelo qual eu subi a esta tribuna - e que quero falar apenas da valorização que este tipo de trabalho trouxe ao Poder Legislativo. Se amanhã ou depois, Vossa Excelência, Deputado Dirceu Manfrinato, trazer para esta Casa, uma classe trabalhadora, um segmento da sociedade, este Deputado estará prestigiando o evento, como prestigiou a entrega de título de cidadão honorário, quando Vossa Excelência homenageou um cidadão do Interior do Paraná. É isso que eu queria falar com respeito, à importância desta Casa, da importância da presença dos Parlamentares.

O Sr. Dirceu Manfrinato- Prestigiei Vossa Excelência também na reunião dos professores, pois estive presente.

O SR. ALGACI TÚLIO - Nós tivemos uma presença muita grande, de quase todos os Parlamentares desta Casa.

O Sr. Dirceu Manfrinato- Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Eu só gostaria de dizer a Vossa Excelência que também tive a honra de estar ao seu lado quando houve a reunião com os professores municipais de Curitiba. Fiz questão de estar presente para prestigiar

Vossa Excelência, porque acho que é um assunto de suma importância quando se defende uma classe trabalhadora.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Na verdade, Deputado, nós fizemos questão por duas ou três vezes, na Presidência que ocupávamos naquele momento, de dizer que aquela oportunidade não era de iniciativa de um ou de outro Parlamentar, mas era uma iniciativa da Casa, da Presidência da Casa, para que não desse a impressão, que não corresponderia à verdade, de que era um movimento partidário, só porque eu havia requisitado o Plenário. Então, fiz questão de dizer isso várias vezes e registrei a presença de todos os Senhores Parlamentares que estiveram nesta Casa no dia de ontem.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti- Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Vossa Excelência tem razão. Mas se foi idéia sua, Deputado Algaci Túlio, como sempre o respeitei nesta Casa e vou respeitá-lo durante toda a vida que estiver aqui, se a idéia foi sua, eu tenho que respeitá-la. Respeito os políticos que têm idéias, que criam ideais, que procuram solucionar problemas.

E se Vossa Excelência touxe à Casa este debate, eu não tenho nada mais a falar, a não ser, enaltecer o seu gesto nobre de trazer a esta Casa o debate dos professores que clamam por melhores salários. Oxalá todos nós possamos seguir o seu exemplo e fazer desta Casa uma Casa de debates, para solucionar não só os problemas dos professores, mas inúmeros outros problemas que afligem o Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO - E tenha certeza, Deputado, que a nossa Comissão, a Comissão de Segurança Pública desta Casa, trará para esta Casa por iniciativa da Comissão, trará para esta Casa, inúmeros debates na área da Segurança Pública deste Estado. Aqui traremos Secretários, traremos os policiais, delegados, detetives, escrivães, agentes de segurança, enfim, todos e tudo aquilo que se refere à área de segurança, para que esta Casa seja e continue sendo realmente um canal onde se discutem os problemas importantes de uma população.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Consulta a Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro se fará uso do seu tempo.

(Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do Partido da Frente Liberal.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Concedo a palavra ao Senhor Deputado Lindolfo Júnior.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Deputadas, amigos, lideranças regionais de todo o Estado, vereador Euclides Alexandre da Silva, vereador do município de Maringá, a nossa terra natal, a cidade e a região que temos a honra de representar com altivez nesta Assembléia Legislativa.

Ontem este Parlamento aprovou por unanimidade um requerimento de nossa autoria e quero crer que ele expressa também a intenção dos demais Parlamentares desta Casa. O requerimento apóia as manifestações de repúdio ao Governo Federal, por parte da microrregião nove, cerca de vinte e oito Prefeituras, vinte e oito Municípios. Esta microrregião contribui com uma grande parcela da agricultura do nosso Estado, e coloca não somente às nossas mesas, mas as mesas também de todo o país, e por que não dizer do mundo, os alimentos tão necessários para a sobrevivência do ser humano.

Hoje, recebemos a presença nesta Casa e o Partido da Frente Liberal a registra, de um homem que já de há muito tempo tem lutado pelos interesses municipais, porque, como já dizia Senhores Deputados, o primeiro amor de um político, é o município. E tenho a certeza que a grande maioria dos Senhores Deputados Estaduais, são oriundos de Câmaras Municipais; que os homens que aqui estão sentem na pele, os problemas por que passam os nossos municípios, mormente neste momento de crise, e, ao mesmo tempo, momento solene que vive o nosso País.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti- Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Com muito prazer, Vossa Excelência, que já foi Vereador, e, agora é o Deputado mais votado do Paraná, Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti- Não é por ser o mais votado. É que eu acompanhei atentamente a imprensa da minha capital, Jornal "O Estado do Paraná", "Correio de Notícias", "Gazeta do Povo", "Folha de Londrina", e outros jornais que realmente enaltecem a imprensa do Estado, noticiando que algumas prefeituras vão fechar as portas, em greve.

É a primeira vez que eu vejo isto na minha vida. Prefeitos fecham as portas, como uma forma de protesto para alertar o Governo do meu País sobre as dificuldades

por que passam os municípios paranaenses.

E, realmente, a situação é grave, meu querido Deputado Lindolfo Júnior.

Muito obrigado.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Eu é que agradeço, Deputado Luiz Carlos Alborghetti, pela sua intervenção, que vem enriquecer o nosso pronunciamento. Vossa Excelência, como os demais Deputados, para quem está na Tribuna, é uma honra ouvi-los, principalmente quando o aparte é para acrescentar, para construir.

Concedo aparte do Deputado Dirceu Manfrinato, porque tenho certeza que vai pedi-lo. Ouço com muito prazer Vossa Excelência, que também já foi Vereador no Município de Cianorte.

O Sr. Dirceu Manfrinato- É evidente de que é importante a luta dos Prefeitos em busca de maiores recursos para seus municípios.

Apenas, ilustre Deputado, eu só discordo da forma com que está sendo feito o fechamento das Prefeituras. No meu entender, acho que cabe aos Prefeitos uma audiência com o Presidente Sarney, para procurar resolver a questão de uma forma mais democrática, porque no fechamento das Prefeituras acaba se gerando e criando um problema de ordem no município, ao atingir a população que convive dia-a-dia com o poder Municipal.

Entendo que todos os homens que se dispõem a concorrer a um cargo político, evidentemente têm que estar preparados para cortar os espinhos, e não somente viver num "mar de rosas". Porque se vim a ser Deputado, a ser candidato, foi porque tinha essa idéia e tinha essas aspirações, e, da mesma forma, tiveram os Prefeitos, para concorrer às Prefeituras Municipais. É óbvio, é evidente que nós temos que ter urgentemente uma reforma tributária neste País, para que seja feita justiça aos municípios do Paraná e do Brasil.

O Sr. José Alves- Peço um aparte, Deputado.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Agradeço o aparte do Deputado Dirceu Manfrinato, e apenas para acrescentar, já que cederei o aparte ao Deputado José Alves, representante também da nossa região, ao lado dos Deputados Antônio Bárbara, Ferrari Júnior, Basílio Zanusso e outros, e dizer ao Deputado Dirceu Manfrinato, que no último dia 24 de março, Deputado, o Governador Orestes Quêrcia, Presidente da Frente Municipalista Nacional, esteve reunido com o Presidente Sarney, e, naquela oportunidade, os Prefeitos de todo País colocavam

numa mesa redonda, e olhando nos olhos de nosso Presidente, o estado de penúria, o estado emergencial porque passam as prefeituras municipais. Vossa Excelência fala que os Prefeituras precisam estar alertas. De que maneira, nobre Deputado, teremos condições de cobrar serviço de um funcionário público que é o sustentáculo de qualquer administração municipal, se não recebe em dia, ou ganha pouco?

Saiba Vossa Excelência, que em Maringá, lá na nossa cidade, nós não fechamos a nossa Prefeitura, o Prefeito saiu e fechou, sim, o seu gabinete em sinal de protesto. Continuamos o atendimento aos nossos munícipes.

Concedo aparte ao Deputado José Alves.

O Sr. José Alves- Deputado Lindolfo Júnior, antes de tudo queremos agradecer a presença do nobre Vereador Euclides Zago, de Maringá, que hoje, vem prestigiar com sua presença a sessão. Deputado Lindolfo Júnior, discordo do aparte do Deputado Dirceu Manfrinato, quando ele diz que os Prefeitos, antes de tomar decisão teria que marcar uma audiência democrática com o Senhor Presidente da República. Mas, se não me engano, no mês passado, dois mil Prefeitos, inclusive da nossa região Deputado Lindolfo Júnior, foram à Brasília, para uma audiência parece que nem sequer o Presidente da República queria recebê-los. A intenção deles era declarar que os municípios pequenos estão indo à falência, estão morrendo, estão acabando, e me parece que o Presidente não queria diálogo com os Senhores Prefeitos. Então é a única forma, a única maneira de mostrar ao Presidente da República que a solução é fechar as Prefeituras. Com o gatilho salarial os funcionários não recebem, os professores municipais estão com seu ordenado atrasado, as Prefeituras estão em situação difícilíssima, como está a microrregião 09, na Região de Maringá, Deputado Lindolfo Júnior. A solução correta é essa que foi tomada já que o Presidente não quer diálogo, já que não atende os nossos Prefeitos, é preciso entrar em greve, deve ser tomada uma decisão forte, porque com carinho e simplesmente com audiência parece que não se resolveu nada.

Então, tem que fechar, tem que protestar para que o Presidente da República sensibilize-se com as Prefeituras dos pequenos municípios, pois se a situação continuar assim, Deputado Lindolfo Júnior, as Prefeituras terão que fechar definitivamente as portas.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)  
Mais um minuto.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Muito obrigado De-

putado José Alves.

Muito obrigado Deputado Antônio Annibelli, Presidente desta Casa. Apenas para encerrar o meu pronunciamento, gostaria de agradecer àqueles que me apartearam e lembrar, Sr. Presidente, que a microrregião 09, numa atitude de vanguarda, numa demonstração de garra vai e luta pelo fortalecimento dos municípios. E nós aprovamos um requerimento pedindo para que todos os Prefeitos do Estado do Paraná tomem uma posição contra o Governo Federal. Muito obrigado Sr. Presidente, muito obrigado Srs. Deputados, Deputado José Alves, e tenham a certeza que o PFL está ao lado, principalmente, das pequenas Prefeituras, porque Maringá sobreviveu sem qualquer ajuda do Governador José Richa, e continuará sobrevivendo também agora, porque tem um governo sério, um governo independente, e um Prefeito que está gerindo acima de tudo, a Prefeitura como se fosse um bem próprio, como se fosse a sua casa, o seu lar.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)  
Consulto a Liderança do PL se fará uso do seu tempo.

(DECLINA).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PMDB se fará uso do seu tempo.

(DECLINA).

Finalmente, havendo declinado, declaro encerrada a Hora do Expediente,

Passa-se à  
ORDEM DO DIA,

O SR. ALGACI TÚLIO - (Questão de Ordem)  
Com base no artigo 98 quero comunicar à Mesa, com muita satisfação, a presença nesta Casa, a qual muito nos honra, do ex-Deputado Estadual e ex-Deputado Federal, Amadeu Geara.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta Presidência registra com satisfação a presença do ex-Deputado e nosso colega em Brasília, Deputado Federal Amadeu Demil Geara.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à  
ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado José Felinto, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

**REDAÇÃO FINAL** - Do Projeto de Lei n. 40/87, dispõe que no período de 01.05.87 a 31.12.88, os atos e documentos relativos à identidade civil de pessoas com mais de dezessete anos, ficam isentos de taxa de Segurança de que tratam as Leis n. 7.257, de 30.11.79 e 7.812, de 29.12.83. **Aprovado.** (Public. no D.A. 37, de 23.04.87).

<sup>a</sup>  
2. **DISCUSSÃO** - Do Projeto de Lei n. 32/87, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n. 32/87), que dispõe sobre a Reforma Administrativa dos Órgãos do Poder Executivo. Com Pareceres Favoráveis da CCJ, C.F. e C.R.H.. Com emenda da C.C.J. e Emendas de Plenário. Em Regime de Urgência. (Aprovado neste turno o Projeto de Lei e a Emenda de n. 56, ficando a serem apreciadas as Emendas da C.C.J. e as de n. 01 a 55 e 57). Com Pareceres Contrários da C.C.J., C.F. e C.R.H. às Emendas de Plenário de n. 1 a 26, 28 a 55 e a de n. 57; e Favoráveis à Emenda enviada pelo Senhor Governador através da Mensagem n. 36/87 e a de n. 27, de Plenário.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PARECER ÀS EMENDAS APRESENTADAS AO  
PROJETO DE LEI N. 32/87**

**Introdução:**

O Projeto de Lei, originário da Mensagem de mesmo número, recebeu em 2.ª discussão cinquenta e sete Emendas dos Senhores Deputados.

A Emenda de n. 56, que faz referência à Constituição do Estado (art. 138, incisos XIII e XIV), foi aprovada pelo Plenário no mesmo turno de votação.

Restam cinquenta e seis Emendas de autoria dos Senhores Deputados e uma Emenda supressiva oriunda da Mensagem Governamental de n. 36/87.

Passamos a relatar as Emendas, conforme se segue:

**PARECER ÀS EMENDAS DE N. 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 26, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55 e 57.**

Os incisos I, II, XVI e XVII, do art. 47 da Constituição do Estado, dão competências ao Governador para iniciar o processo legislativo de matérias privativas, editar leis materiais, prover as necessidades em geral da administração do Estado, bem como definir sua estrutura, atribuições e funcionamento.

Não se pode afirmar, sob hipótese nenhuma, que num texto basilar como o do nosso ordenamento jurídico, o legislador tenha abordado pontos em excesso, descuidando-se assim da boa técnica legiferante. E se assim agiu, há que se levar em consi-

deração qual o "prius" que o impeliu a enumerar determinadas competências a este ou àquele Poder do Estado.

Assim sendo, o Governador, como Chefe da administração pública compreendida pelo Poder Executivo, teve essas atribuições privativas enumeradas no texto constitucional em função de, até por força da posição a ser ocupada, ter maior e melhor visão sobre quais os objetivos políticos a serem atingidos e, em razão disto, buscar a melhor e mais adequada instrumentalização necessária à consecução de sua tarefa.

A "ratio" da reserva de iniciativa e de competência, pois, foi definida pelo legislador titular, a regulamentação dos interesses vinculados a determinadas matérias, bem como o poder de decidir o momento em que tais matérias haveriam de ser discutidas.

Como bem discorre o Professor Manoel Gonçalves Ferreira Filho - "O aspecto fundamental da iniciativa reservada está em resguardar a seu titular a decisão de propor direito novo em matérias confiadas à sua atenção, ou de seu interesse preponderante."

Há que se considerar, também, que ao atuar na conformidade de mandamentos constitucionais que lhe são atribuídos pelos referidos dispositivos, o Chefe do Poder Executivo preocupou-se com os aspectos pertinentes à necessidade das medidas propostas, sua oportunidade e, acima de tudo, com a manutenção do conjunto originário da reforma pretendida, sem o que poderá fadarse a outro termo, que não o pretendido.

Tratando-se especificamente das Emendas de n.: 8, 26, 29, 31, 41 e 52, podemos definir o que se segue:

Com respeito à Emenda n. 8, tal proposição encontra-se prejudicada pela existência do Projeto de Lei n. 162/84, atualmente tramitando nesta Assembléia, e que dispõe exatamente sobre a mesma matéria.

Com respeito às Emendas n. 26, e parte inicial das de n. 31 e 52, encontram-se as mesmas prejudicadas pela aprovação, em 2.ª Discussão, da Emenda de n. 56, que trata exatamente do mesmo assunto. Quanto a estas duas Emendas, as de n. 31 e 52, ao tratarem da exclusão das entidades de ensino superior, do texto do art. 8.º, do Projeto de Lei em tela, bem como da exclusão da listagem vinculativa constante do inciso VIII, do Art. 113, do mesmo diploma legal, temos que seguem a mesma linha a ser definida no Parecer genérico.

Com respeito à Emenda n. 29, esta encontra-se prejudicada, em virtude de tal proposição já ter guarida no direito de petição consubstanciado no § 35, do art. 153, da Constituição Federal.

Quanto à Emenda de n. 41, entendemos

que a súmula existente no Projeto de Lei já supre a necessidade, não tendo a Emenda em tela qualquer influência na matéria.

Diante do exposto, este relator opina contrariamente à aprovação das Emendas supracitadas, no tocante à conveniência da matéria em questão, dentro das atribuições que lhe são cometidas pelo art. 48, do Regimento Interno desta Casa de Leis.

**PARECER ÀS EMENDAS N. 6, 14, 15, 22, 27, 28, 44 e 47.**

As Emendas supracitadas, todas estão inquinadas de inconstitucionalidade, conforme os artigos, incisos, parágrafos e alíneas enumerados e relacionados respectivamente com cada Emenda, como segue:

Emenda n. 6 - infringência ao disposto ao art. 16, inciso V, da Constituição Estadual.

Emenda n. 14 - infringência ao art. 47, inciso I, da Constituição Estadual.

Emenda n. 15 - idem, ibidem.

Emenda n. 22 - infringência aos artigos n. 25, § 1º, alínea "b", e 47, incisos XVI e XVII, da Constituição Estadual.

Emenda n. 27 - infringência aos artigos 165, inciso XIII, da Constituição Federal, e 25, § 1º, alínea "c", da Constituição Estadual.

Emenda n. 28 - infringência aos artigos n. 25, § 1º, alínea "d", e 47, incisos XVI e XVII, da Constituição Estadual.

Emenda n. 44 - infringência ao art. 25, § 1º, alínea "c", da Constituição Estadual.

Emenda n. 47 - infringência ao art. 47, incisos XVI e XVII, da Constituição Estadual.

Diante do exposto, somos levados a opinar pela inconstitucionalidade das Emendas citadas, bem como pela sua rejeição pelo Plenário desta Assembléia.

Em separado, apresentamos parecer à Mensagem n. 36/87, datada de 14 de abril do corrente ano, transformada em Emenda por despacho do Excelentíssimo Senhor Primeiro Secretário desta Assembléia.

Sala das Comissões, em 29.04.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente;

NEREU CARLOS MASSIGNAN - Relator.

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### PROJETO DE LEI N.32/87 E SUAS EMENDAS

**PARECER:**

O presente Projeto com as respectivas Emendas recebeu Parecer da Douta Comissão de Constituição e Justiça.

Considerada a competência regimental desta Douta Comissão sobre o aspecto financeiro do referido Projeto, entende esta que a proposta governamental, ao ser elaborada, previu as implicações orçamentárias do mesmo, objetivando responder a

prioridades administrativas globais.

No âmbito desta Douta Comissão, concluímos pelo acatamento do teor da Mensagem n. 36/87, de autoria do Chefe do Poder Executivo, como Emenda ao Projeto Original e opinamos pela REJEIÇÃO das Emendas de números 1 a 55 e de número 57, apresentadas em Plenário; ressalvada a Emenda n. 27, que recebeu Parecer Favorável da CCJ, merecendo assim aprovação desta Comissão.

Sala das Comissões, em 29.04.87.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO

Presidente

CÂNDIDO BASTOS e JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Relatores

#### COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

##### PROJETO DE LEI N.32/87 E SUAS EMENDAS

**PARECER:**

Essa Douta Comissão de Recursos Humanos, chamada a opinar dentro de sua competência a respeito das Emendas apresentadas em Plenário e o constante da Mensagem n. 36/87, que alteram partes do Projeto de Reforma Administrativa do Poder Executivo Estadual, entende o que se segue.

A proposta de Reforma Administrativa foi elaborada consoante uma filosofia global de administração pública estadual e de uma política de pessoal que assume peculiaridades próprias.

Dentro desta ótica, no âmbito desta Douta Comissão, é acatando a justificativa do Senhor Governador expressa através da Mensagem Governamental n. 36/87, que suprime o número 1.4 do item I do artigo 11; a sessão IV do Capítulo I, do Título IV, artigo 19; o item V e suas alíneas, do artigo 45; as expressões "o Ouvidor Geral do Estado" do "caput" do artigo 98 e o seu parágrafo único; as expressões "01" (um) cargo de Ouvidor Geral do Estado" constantes do item I do art. 107.

Somos FAVORÁVEIS pela APROVAÇÃO desta Emenda e para que o Projeto continue sendo apreciado em Plenário conforme a "proposta original" opinamos pela REJEIÇÃO das Emendas de números a 55 e a 57 apresentadas em Plenário, ressalvando-se a Emenda de n. 56, já aprovada em Plenário, e a Emenda n. 27, que já recebeu aprovação da CCJ e que merece receber parecer Favorável desta Comissão.

Sala das Comissões, em 29.04.87.

(aa) NELSON VASCONCELLOS

Presidente

CÂNDIDO BASTOS

Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### MENSAGEM N.36/87

##### EMENDA AO PROJETO DE LEI N.32/87

**PARECER:**

A Mensagem n. 36/87, de autoria do Po-

redução da carga tributária, para o mercado da carne bovina, no Estado do Paraná.

Uma vez aprovado, que se dê ciência ao Excelentíssimo Presidente do Sindicato das Indústrias de Carnes e Derivados do Paraná, Digníssimo Senhor Luiz Carlos Setim.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1987.

(a) ALEXANDRE CERANTO.

#### JUSTIFICATIVA:

A carga tributária na comercialização da carne bovina, vem inviabilizando o setor, de sorte a prejudicar e colocar em risco de fechar mesmo aquelas mais tradicionais e persistentes empresas do ramo.

Temos verificado que a indústria da carne e derivados sente as dificuldades que lhe impõe o governo, ao taxar impostos altos com objetivo de sanear seus déficits (do Governo), e evidentemente com isto, atinge nestas medidas toda a sociedade.

Os custos tributários chegam no geral, para a compra do boi vivo em torno de 16,2%, entre ICM = 12%; FUNRURAL, 2,5%; Taxa de sangria 0,8%; frete para apanhar o boi = 1,5% e outros. Enquanto que para a venda, após processado, para o mercado atacadista, acresce-se ainda cerca de 4,71% de impostos. (ICM=2,16%; PIS=0,75%; FINSOCIAL=0,5% e custo de frete=1,3%). No final das contas, quase tudo, transforma-se em despesas com impostos, havendo um lucro de pouco mais de seis cruzados, por cabeça abatida. Há ainda, para serem pagos, os custos de mão-de-obra e seus encargos, os custos de produção e os custos administrativos.

Se não houver medidas do Governo Estadual em reduzir a carga tributária para o setor, as condições, que já não são favoráveis, levarão sem dúvida ao caos os frigoríficos deste Estado.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja enviado expediente ao ilustre Diretor-Presidente da Empresa de Telecomunicações do Paraná - TELEPAR - solicitando sejam tomadas as providências imediatas para sanar as irregularidades nos aparelhos telefônicos do Distrito Nossa Senhora da Candelária, no Município de Bandeirantes, tendo em vista as interferências nas ligações realizadas naquele local.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1987.

(a) VALDERI MENDES VILELA.

#### JUSTIFICATIVA:

Referido pedido se faz em função das reclamações efetuadas pelos usuários, as quais foram feitas a esse Parlamentar

através do nobre Vereador José Elias do Carmo que representa aquele Distrito junto a quem de direito.

Do presente, REQUER, se dê conhecimento ao Vereador acima mencionado, ao Prefeito Municipal e Câmara de Vereadores de Bandeirantes.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Governador do Estado do Paraná, Sr. Álvaro Fernandes Dias, e ao Diretor-Presidente da Empresa de Telecomunicações do Paraná S/A - Telepar - visando a instalação de postos de serviços telefônicos nos bairros do Juca Batista, Cabiuna, Ribeirão dos Índios, Ormenezi e Jacutinga localizados na zona rural do município de Bandeirantes.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1987.

(a) VALDERI MENDES VILELA.

#### JUSTIFICATIVA:

Referida solicitação se faz em função de nos locais mencionados existirem grande população, escolas, campos de futebol, igrejas, etc., facilitando dessa forma a comunicação dos habitantes ali existentes, em suas atividades diárias, evitando com isso transtornos ora existentes.

REQUER também, que do presente se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e Câmara de Vereadores de Bandeirantes.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Rubens Bueno, Digníssimo Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, solicitando auxílio financeiro para a creche Criança Feliz, na Vila Guarujá, cidade de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1987.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

#### JUSTIFICATIVA:

A referida creche presta relevantes serviços de atendimento à comunidade local, notadamente à população carente. Por este motivo, necessita de auxílio financeiro.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Professor Belmiro Valverde Jobim



dos, como se atingir o ponto crucial do círculo vicioso deste problema, sem que exista um órgão centralizador do qual emane a política de recursos e programas destinados ao tratamento do menor.

Necessário, Senhores Deputados, é frisar que não somos contrários, vejam bem, Senhores Deputados, eu e, particularmente, o meu partido que é o PMDB à descentralização administrativa, mas sou contrário ao fracionamento dos problemas, quando esses requerem uma visão global e, conseqüentemente exigem uma solução das causas que os desencadeiam.

As características, Senhores Deputados, com que se reveste a situação do menor, filho do sem-terra, por exemplo, não serão solucionadas, a não ser que haja um esforço que envolva não somente a ação da Secretaria de Assuntos Fundiários, mas também as da Educação, Saúde, Ação Social, Agricultura, dentre outras.

Senhores Deputados do PMDB, do meu Partido, do PDT, do Partido da Frente Liberal, do PL, do Partido dos Trabalhadores.

Senhores Deputados, Senhor Presidente e Senhores Secretários, a Lei n. 8328, apresenta uma evolução em termos de gerenciamento de recursos e programas, e não podemos deixar que haja um retrocesso, Senhores Deputados, relegando os problemas que hoje atingem a formação do homem de amanhã, a um setor secundário de uma Fundação ou de uma Secretaria.

Diante destas colocações, esperamos contar com a aprovação de todos os Partidos Políticos desta Casa, dos nobres Pares para o envio da presente Emenda ao Excelentíssimo Senhor Chefe do Poder Executivo para a devida sanção, sendo esta uma justa e pertinente homenagem ao "Ano Internacional do Menor".

Quero é que todo o dinheiro seja repassado ao Governo do Estado. O Senhor Governador Álvaro Dias, durante a sua campanha apregoeou nos palanques, dentro da moral e da honestidade, que tinha um plano para o menor abandonado em nosso Estado.

Desejo agora, com esta Emenda, que ele empregue esses recursos pois, não quero que o problema do menor, fique escondido dentro de uma Secretaria. Não, não quero isso. Tanto eu como outros companheiros de televisão, de rádio, como os Deputados Algaci Túlio, Antônio Belinati, como vários outros ligados à imprensa, do meu Partido, o PMDB, como o Deputado Pirajá Ferreira, ou do PDT, como o Deputado José Alves, e tantos outros que foram eleitos, que pregam em suas emissoras de rádio uma solução ao menor abandonado, não de mentiras, e sim uma solução objetiva para o problema do menor abandonado.

E almejo, Senhores Deputados, com o

coração aberto, que esse dinheiro seja entregue ao Governo do Estado e que se repasse à Secretaria que irá coordenar esse assunto mas, que esse Secretário atendesse a todos os Deputados deste Parlamento quando batessem à sua porta.

Senhor Secretário, o Governo repassou-lhe uma verba de três, de cinco ou de dez milhões, e tenho um problema no meu Município, com uma creche com problemas para solucionar, bem como uma favela, além de uma associação de bairro que está com uma questão relacionada com o menor. Quero que esse dinheiro seja repassado aos Senhores Deputados desta Casa, quer pertençam ao PMDB, do Partido do Senhor Governador Álvaro Dias, ou do PDT, PFL, do PL, ou do PT.

Por isto, solicito, nesta manhã, que esta Emenda seja aprovada, Senhores Deputados, e aproveito os subsídios da Emenda do ilustre Deputado Rafael Greca, a quem tanto admiro e respeito, que diz aqui sobre os desafios da realidade do menor.

Desafios da realidade do menor, Senhores Deputados, que não é só do Paraná é de São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul: é de toda a Nação brasileira. E temos que nos preocupar realmente com os mesmos pois o menor está levando-os ao poder maior, que é a Presidência da República desta Nação. Eles, também, estão desafiando a todos os Estados, como do Estado do Paraná.

Só para finalizar, queria pedir o apoio, também, do Deputado do PTB, do PDS, do meu companheiro Luiz Antônio Setti, do Deputado Erondy Silvério que tantas honras deu a esta Casa de Leis. Perdoem-me porque, talvez, na minha emoção, tenha me esquecido do Partido Trabalhista Brasileiro, partido de Getúlio Vargas, por meio do qual os Senhores honram esta Casa.

Muito obrigado, Senhores Deputados. Oxalá, Deus me ajude, se a todos os Senhores para que esta emenda seja aprovada e conto com todos os Senhores para apoiá-la.

Proponho a colaboração dos companheiros do PDT, da Frente Liberal, do PTB, do PT e do meu Partido, o PMDB, que está unido em defesa das grandes causas do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Para encaminhar, Vossa Excelência tem dez minutos.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente faço um apelo a Vossa Excelência no sentido de que no encaminhamento da votação, onde Vossa Excelência

sabe que é inflexível o Regimento Interno da Casa, que sejam dez minutos sem aparte e sem prorrogação. Senão iremos, à cada prorrogação concedida, alongando o tempo de cada orador. Apelo a Vossa Excelência para o cumprimento deste aspecto.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Vossa Excelência será atendido.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Inicialmente, quero cumprimentar a iniciativa do nobre companheiro Deputado Luiz Carlos Alborghetti, porque entendo que ninguém melhor do que o jornalista e radialista, o homem de imprensa que vive o dia-a-dia dos problemas de uma cidade, de um Estado, para conhecer os problemas do menor. E esta Emenda proposta pelo Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti é da maior importância para a Reforma Administrativa. E afirmo, já no início de meu pronunciamento, que nenhum Parlamentar desta Casa terá direito de vir aqui fazer demagogia em cima do problema do menor, se não votar favoravelmente a esta Emenda.

Todos sabem que o problema do menor é o problema maior deste País. Fala-se e discute-se muito, sobre recursos, em criação de departamentos, de Secretarias, e vemos, a cada dia que passa, aumentar o problema do menor neste País.

Mas quero me ater ao que diz o Parecer da Comissão. A Comissão diz que a Emenda do Deputado Luiz Carlos Alborghetti é inconstitucional, porque fere o artigo 25, parágrafo 1º, alínea B da Constituição Estadual.

E o que diz o referido artigo? Diz: "A iniciativa das leis cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador e aos tribunais estaduais, nos casos previstos nesta Constituição".

E o que diz o parágrafo 1º? "É da competência exclusiva do Governador a iniciativa das leis que disponham sobre matéria financeira, que criem cargos, que disponham sobre servidores públicos, que fixem ou modifiquem o efetivo da Polícia Militar."

Vejam bem, o dispositivo citado, em que pese um melhor esclarecimento, não tem nada a ver com a emenda em questão, que desvincula o antigo Instituto de Assistência ao Menor, da Fundação de Ação Social, para criar um novo órgão de serviço de atendimento ao menor desamparado, junto à Governadoria do Estado. Praticamente, conserva o Instituto de Assistência ao Menor e inclusive com suas finalidades atuais. E quanto ao aspecto inconstitucional, exara-

do no Parecer da Comissão, não vemos qualquer entrave à sua apreciação, porque ele não se insere no dispositivo citado pela Comissão de Constituição e Justiça. É para isso que quero chamar a atenção dos Senhores Parlamentares. O parecer não coincide com o que diz a Constituição do nosso Estado. Agora, quanto ao mérito da proposição do nobre Deputado Luiz Carlos Alborghetti, é dos mais louváveis, como bem diz a sua justificativa e como defendeu em tribuna, há minutos atrás.

Repito, mais uma vez, e friso bem, nenhum dos Senhores Deputados com assento nesta Casa terá moral a partir de hoje, se votar contrário a esta emenda. Não terá moral de subir a esta tribuna e vir falar do problema do menor, se votar, contrariamente, a esta Emenda do referido autor.

O Deputado Luiz Carlos Alborghetti tem toda a razão quando propõe a alteração com esta Emenda, dando um enfoque todo especial à problemática do menor abandonado em nosso Estado.

A nossa convivência, repito, de homem de imprensa, de radialista, de jornalista, que exercemos, eu e o Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, nos dá condições de analisarmos com profundidade esta problemática do menor. Vivemos o dia-a-dia das delegacias; sentimos o crescimento violento da criminalidade praticada pelo menor em todo o País, e se não houver uma política especialmente voltada para o mesmo, na prática, não na teoria, ou na retórica, correremos o risco de amanhã termos os nossos próprios filhos tornando-se marginais.

Por isso, Senhores Deputados, encareço também em meu nome para que Vossas Excelências analisem com profundidade e que tenham a devida sensibilidade para a importância desta Emenda.

Vejam bem, o Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti quer um atendimento diferenciado, porque entendemos que o IAM nas mãos de uma Secretaria vai ter um tratamento igual a qualquer outro órgão desta Secretaria. Ao passo que, passando a Governadoria, terá obrigações, Sua Excelência o Senhor Governador, de dar um tratamento todo especial para a problemática do menor. Temos hoje, neste País cinquenta e quatro milhões de jovens com idade até dezesete anos, e temos trinta e seis milhões de menores carentes neste país. Quarenta, ou quase quarenta milhões de menores abandonados, perambulando pelas ruas, dormindo em calçadas, embaixo de marquises, dentro de caixas de papelão, cobertos por jornais. É para isso que quero chamar a atenção dos Senhores Deputados, falando da importância desta Emenda do Deputado Luiz Carlos Alborghetti. O problema do menor não se resolverá nas condições atuais

desta Reforma. Só se resolverá a partir do momento que este Instituto de Assistência ao Menor ou departamento, passar para a Governadoria do Estado e tiver um tratamento diferenciado de Sua Excelência o Governador Álvaro Dias.

Senhores Parlamentares, o menor é o problema maior deste País e se quisermos, mostrar trabalho em relação a esta problemática, precisamos dar o exemplo nesta Casa, a partir de hoje, votando favoravelmente a esta Emenda, sob o risco mais uma vez, de que nenhum de nós terá moral a partir de hoje, de subir a uma tribuna e falar em defesa do menor.

Muito obrigado.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)  
Para encaminhar, concedo a palavra ao Senhor Deputado Lindolfo Júnior, e após, ao Senhor Deputado Rafael Greca.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente e Senhores Deputados, ainda durante a campanha eleitoral, lembrava dias atrás o eminente Deputado Estadual Luiz Carlos Alborghetti, e confesso até que naquela noite eu assistia também o horário gratuito do T.R.E., na casa de uma senhora simples, uma senhora com dificuldades e com sérios problemas, porque o seu filho de 16 anos abandonava os bancos escolares e perambulava pelas ruas da nossa cidade. Não tinha hora para chegar, e, como se diz na gíria popular, "parecia um cachorro sem dono".

Quando vem a esta Casa, Emenda de tamanha envergadura, de um Deputado da Bancada do Governador Álvaro Dias, não podemos nos esquivar em deixar também o nosso parecer.

Senhor Presidente, o Paraná todo acompanhou, durante a campanha eleitoral, o Governador Álvaro Dias ao lado dos menores abandonados, dos carentes, fazendo uma embaixada com uma bola e brincando com aquelas crianças, levando principalmente na periferia das cidades, a esperança e a voz de conforto para aqueles menores que, como retratou muito bem desta tribuna o Deputado Algaci Túlio dos 54 milhões de crianças e de jovens até a idade de 17 anos; mais de 35 milhões estão abandonados pela sorte, pela falta de uma maior gerenciamento desta Pátria e desta Nação, tão carente de homens que tenham um pouquinho de sensibilidade para com o menor abandonado!

E isto não acontece com a maioria desta Casa, homens preparados, sérios, conscientes de suas obrigações, sabedores de que nos não mudaremos este País em dois, três, quatro, oito anos.

O político, Senhores Deputados, ele

pensa, sim, numa próxima eleição! O estadista pensa numa próxima geração!

E precisamos plantar agora, porque jamais chegaremos ao pão se não plantarmos o trigo!

O nosso voto, Senhores Deputados, assim como o voto de Vossas Excelências tenho a certeza, será favorável a essa Emenda.

E não vejo qualquer aspecto de ilegalidade, de inconstitucionalidade nessa Emenda, porque senão, vejam os Senhores: "Fica criado junto à Governadoria do Estado o serviço de atendimento ao menor desamparado". Trata-se de um remanejamento. Ninguém criaria mais cargos; ninguém criaria mais salários vultosos no Paraná quando o Governador Álvaro Dias, propõe uma moralização, uma modernização neste Estado!

Mas, teríamos disponíveis francamente, homens em determinados órgãos públicos deste Estado, que hoje não fazem nada, e poderiam estar empenhados numa ação maior, mais abrangente, que é a causa do menor abandonado!

Investirmos em MOBIL? Investirmos nas custas judiciais, no depósito penitenciário? Não! Por quê não criamos, então, mecanismos nesses mesmos processos, nos cartórios de todo este Estado, para que tenhamos um percentual dedicado e destinado ao menor carente e desamparado?

Falo pela minha região.

Maringá não quer o presídio que o Governo do Estado quer construir, e que, por infelicidade nossa, o convênio foi assinado quando o Secretário de Estado da Justiça era também de nossa cidade. Maringá quer centros sociais urbanos. A nossa microrregião 09 quer pré-escolas, quer creches; a nossa região quer escolas agrícolas; a nossa região quer um colégio que tenha a fidelidade maior de encaminhar e de forjar o caráter de crianças que estão aí jogadas, marginalizadas, pois, sem dúvida alguma, todos nós sabemos que o menor abandonado de hoje será o delinquente de amanhã, o assassino, aquele que violentará nossas casas e nossos lares. Muitas vezes, Senhores Deputados, se existe uma inconstitucionalidade, é preciso que um Parlamento tenha a coragem e a persistência de transgredir até uma lei para que possamos, acima de tudo, fecundar a justiça.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)

Concedo a palavra ao Deputado Rafael Greca. E faria um apelo aos Senhores Deputados, já que nós temos 57 Emendas ao Projeto de Reforma Administrativa. Se cada Deputado falar por 10 minutos, nós levaríamos provavelmente até domingo votando as 57 Emendas.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A propósito da Emenda do nobre Deputado Luiz Carlos Alborghetti, eu imagino que nós devemos discutir as razões do porquê a Comissão de Legislação e Justiça lhe dá fóruns de inconstitucionalidade. Diz o Parecer que a Emenda n. 44 infringe o Artigo 25, Parágrafo 1.º, Alínea C da Constituição do Estado.

Ora, o Artigo 25, Parágrafo 1.º, Alínea C da Constituição do Estado diz o seguinte: "É competência exclusiva do Governador as iniciativas de lei que dispõem sobre servidores públicos do Estado, seu regime jurídico, provimento de cargo, estabilidade, aposentadoria, reforma e transferência de integrantes da política militar para a inatividade".

Muito apressado nos parece esse Parecer. No entanto, também a Constituição do Estado assegura ao Governador o poder de veto ao que esse Plenário julgar de mérito. Venho eu portanto a essa tribuna inspirado pelo documento que a conferência Nacional de Bispos no Brasil, e eu saúdo neste momento a entrada, neste Plenário, do Reverendo Eparca, Cidadão Benemérito do Paraná, D. Efrain Basílio Krevei, que assim pode dar testemunho que há a união da Igreja neste documento da CNBB, e há preocupação da Igreja Romana que está no Brasil, da Igreja Católica de Rito Ucraniano que está no Brasil, está no Paraná, com relação ao problema do menor abandonado.

A Emenda do Deputado Alborghetti pede que o Plenário veja como questão de mérito o problema do menor abandonado e lhe dê prioridade. Nós já votamos favoravelmente a iniciativa do Deputado Luiz Carlos Alborghetti nesta manhã, quando demos prioridade à discussão da sua Emenda. Primeiro as crianças. Agora havemos de confirmar essa prioridade para que fique sob a direta responsabilidade do Governador do Estado o futuro do Paraná.

Saudando a presença do Eparca D. Efrain Basílio Krevei, que é Bispo aqui do Paraná, eu gostaria de citar um padre muito antigo da igreja cristã, que no ano 784 já aconselhava aos cristãos o procedimento com relação aos pobres, aos menores, aos órfãos e às viúvas.

Ele escrevia ao rei do seu tempo e da sua Pátria no ano de 784, "Por acaso estais vós orgulhosos do tamanho dos vossos palácios? Ai de vós, que revestis as suas paredes e despis os homens. As pedras dos vossos anéis teriam podido salvar as vidas de toda uma população".

Senhor Presidente, Senhores Deputados, priorizar a questão do menor é reconhecer o ciclo de marginalidade que vai por aí. Por exemplo, o ciclo que começa numa zona rural desatendida, que continua na ilusão

da cidade, com os bairros empobrecidos, que vai adiante com a gestação e a primeira infância, comprometidas pela falta de alimentação, com danos irrecuperáveis. Que prossegue com as crianças, os adolescentes e os jovens miseráveis à margem da cidade. Que prossegue, ainda, com o menino e a menina de rua, e vai adiante com o menino e a menina de rua, o que é muito pior, porque aí já não perambulam mas vivem na rua, e que termina com a dura experiência da justiça da sociedade. A dura experiência da justiça da sociedade que conduz à delinqüência, que reporta fartamente as crônicas dos programas, como os dos Deputados Luiz Carlos Alborghetti e Algaci Túlio.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Houve um tempo em que Jesus disse à humanidade: "Vinde a mim as criancinhas; deixai vir a mim as criancinhas". Eu vos peço licença para dar entrada neste Plenário a algumas declarações estampadas em manual da CNBB.

Todas elas são testemunhos de crianças, e portanto, eivadas talvez, de erros, talvez, de ingenuidade, talvez para quem venha com véus de hipocrisia a este recinto, estas afirmações provoquem riso. No entanto, são todas elas advertências, como a do velho padre da igreja, São João Crisóstomo, no ano 784. Como a dos filósofos de todos os tempos, que pediram que se melhorasse a sociedade. Como a do filósofo que disse: "Tudo já está explicado, há que transformar a realidade". E vem aí, então, uma declaração: uma menina foi levada ao hospital, com as costas raladas, e confessou ter sido a sua mãe que a surrava por ela não ter feito o serviço da casa, enquanto a mãe estava no mercado. A idade desta menina era de onze anos, e ela disse: mamãe me bateu, porque eu devia tomar conta de quatro crianças, varrer a casa, cozinhar, e lavar a roupa.

Um menino que dormia nas escadas da Catedral de São Paulo disse: "eu agradeço a Deus pelo dia, e peço para que ele cuide de minha mãe e de meus irmãos, e rezo para que meu pai ganhe indenização pelas pernas que ele perdeu num acidente de trem, quando estava bêbado. Meu pai é muito brabo, mas é bom quando não bebe. Tem dia que a minha mãe tem que pedir comida; meu irmão e eu catamos papelão pelas ruas da cidade para ajudar em casa. Deus é o meu Pai, já é nosso; se não fosse Deus nós não estaríamos neste mundo. Deus pôs a gente no mundo para ser homem e não para ser ladrão. Estamos roubando com consentimento de Deus. Como a gente está passando fome, então, tem que roubar."

Tais coisas disse um menino aos 13 anos da sua triste vida na escada da imponente catedral de São Paulo.

Há outro testemunho, expresso com as

seguintes palavras: "Se eu me encontrasse com o Presidente, eu pedia um trabalho para mim e para os meninos que estão na rua. Eu sei que criança não é para trabalhar, mas a gente se acostuma. Eu comecei a trabalhar aos 9 anos."

Outras coisas mais disseram muitos meninos, como este, já recolhido ao similar do IAM, em São Paulo, a FEBEM, que declarou o seguinte: "eu frequentava a avenida desde os treze anos e dei muita trombada, minha turma era mesmo da pesada e hoje todos estão agindo de mão grande, assaltando com revólveres. Perdi a conta das vezes que fui e voltei para a FEBEM, mas posso afirmar que eu aprendi muito com os camaradas nas unidades. Quem não sabe nada sai escolado e em condições de fazer uma goma, furtar ou assaltar uma residência, trombar no centro ou arrancar pulseiras e correntes de ouro".

Tais coisas disse um menino já aos 18 anos já na delinqüência da rua.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, há mérito no que propõe o nobre Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que como os profetas de antigamente, vê a miséria do povo e vale lembrar o profeta Isaías: "ai de vós, se não vos lembrardes do órfão e da viúva, do miserável e do que não tem onde reclinar a sua cabeça. Há que se anunciar um novo tempo, onde o lobo e o cordeiro pastarão juntos e um menino os apascentará".

Há mérito na proposição do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, é o mérito que se vota, não é a fidelidade ao Palácio que está em questão. O Governador tem poder de veto, a Assembléia tem poder de voto eu peço voto, para que não se vete o futuro.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)  
Concedo a palavra, para encaminhar, ao Deputado José Alves.

O SR. JOSÉ ALVES - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, autoridade eclesiástica que visita esta Casa de Leis, Senhores e Senhoras.

Queremos neste momento parabenizar o Deputado Luiz Carlos Alborghetti pela iniciativa desta Emenda, que vem criar junto à Governadoria do Estado, um serviço de atendimento ao menor desamparado.

Senhores e Senhoras, nós que fomos Vereador em Maringá por quatro anos, nós que há doze anos militamos no rádio naquela cidade, sentimos, como todos os outros radialistas, a situação do menor abandonado neste Estado do Paraná.

Em Maringá há aproximadamente 500 menores que diariamente vivem perambulando pelas ruas aprendendo tudo aquilo que não presta. E quando a gente vê, Senhores De-

putados, uma Emenda nesse sentido, que vem amparar as nossas crianças, que como já foi dito aqui, são mais de trinta e seis milhões de crianças abandonadas neste País, perambulando pelas ruas o que compare, Senhores Deputados, a uma escola de marginalidade com trinta e seis milhões de alunos.

Portanto, nós que somos homens da comunicação, como os Deputados Algaci Túlio, Luiz Carlos Alborghetti, Antônio Belinati e demais homens de rádio, que convivemos com esta realidade onde dezenas de mães diariamente nos procuram chegando com a criança no braço, mamando num seio que nem leite não tem mais, solicitando uma campanha para que se compre leite para as crianças que estão passando fome.

Com a devastação da área da cafeicultura no Norte paranaense, muitos agricultores que tiveram a sua lavoura prejudicada, como os meeiros, porcenteiros, colonos, tiveram que ir para as cidades, com ilusão de uma casa popular, pela qual ele terá que ficar o resto da vida pagando uma prestação.

Assim, Senhores Deputados, esse pobre homem que é da agricultura, lá onde ele é um professor produzindo milho, arroz, feijão, onde ele é útil ao Estado e à Nação, deixa este seu lugar fértil e vai para a cidade, e ali consegue uma casa popular cuja prestação sequer poderá pagar.

O que acontece, Senhores Deputados? Os filhos destas pessoas, que não têm nenhuma profissão, irão para as ruas. Eles não são pedreiros, eletricitistas, pintores, não têm qualificação profissional. E aí então acontece o desespero, e aí também as crianças menores vão para as ruas catar papel, engraxar sapato, ou pedir, dormindo atrás de muros, cobertos por jornais e papéis, como a gente vê nos grandes centros urbanos do nosso Estado.

Parabéns, Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Esperamos que esta Emenda seja aprovada, Senhores Deputados, eu fiz a minha campanha acompanhando vários comícios de Deputados de outros Partidos, todos os candidatos, quando em palanque apelavam ao menor, dizendo que era necessário se acabar com o menor abandonado, dar-lhe assistência, para que diminuísse o número de menores abandonados. Esse é um item que a maioria dos Deputados, usaram em sua campanha.

Eu espero que hoje os Deputados que compõem este Parlamento não venham a votar contra esta Emenda, porque ela é útil, e graças ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti, foi dada entrada da Emenda n. 44.

E nós, que somos de Maringá, da Região Norte, Senhores Deputados, que é uma Região carente, recebíamos agora há pouco em gabinete o Presidente da Câmara Municipal

de São Carlos do Ivaí, que fica a 80 km de Maringá, acompanhado por um dos vereadores e pelo padre daquela cidade. E ele dizia: "Deputado, estou aqui solicitando uma ajuda junto ao Governo porque eu sou daquela pequena cidade de São Carlos do Ivaí, uma cidade pobre, onde a Prefeitura hoje está com as suas portas fechadas porque não tem recursos. Além disso, tenho duas casas de assistência ao menor, ao menino de rua, uma tem 180 meninos, na outra tem 100.

Agora, os Senhores calculam, Senhores Deputados, uma cidadezinha igual São Carlos do Ivaí, pequena, lá no Norte do Paraná, com 280 crianças abandonadas. E ele pedia ajuda porque só o padre não tem condições de levar a obra adiante, tirando dinheiro do seu míngua do salário para atender às crianças.

Parabéns, Deputado Luiz Carlos Alborghetti. E espero que todos os Senhores Deputados votem a favor desta Emenda.

E nós de Maringá, também lamentamos um outro fato que ninguém de lá apóia: será construída uma penitenciária entre Maringá e Paissandu, Deputado Luiz Carlos Alborghetti, numa área industrial, o que infelizmente foi aprovado quando um maringaense era Secretário de Estado da Justiça. E nós, que então éramos Vereadores, já contestamos esta decisão. Porque construir um mini-presídio em Maringá, quando a cidade tem milhares de crianças perambulando pelas ruas, aprendendo a marginalização?

Eu considero tal decisão um grande erro. Maringá precisa, em lugar desta penitenciária, Senhores Deputados, casa para os menores, creche para as crianças, precisamos de escola agrícola, precisamos de assistência àquelas crianças, não um presídio para prendê-los mais tarde. Infelizmente vai se deixar de construir creches, escolas, casas para os menores abandonados, para se construir uma penitenciária, apesar das nossas tantas solicitações em contrário.

Quando escuto falar em construir penitenciária, constato um ponto negativo. Parece que o Governo está preocupado com os marginais de agora, e não com 36 milhões que estão aí, nesta escola da marginalização. Então, nós queremos nos posicionar, inclusive quando Vereadores lá de Maringá se encontram aqui, hoje, prestigiando esta sessão, os quais também debateram a questão e se manifestaram contra esta penitenciária. Entretanto se gastará horrores numa área nobre, entre Maringá e Paissandu, para construir esta penitenciária, quando os Vereadores e o Prefeito de Paissandu também são contra esta obra.

Lamentamos que o Governo gaste tamanha quantia nesta penitenciária e de outro lado faltam creches, faltam escolas, faltam escolas agrícolas, falta assistência aos

menores.

E hoje estamos acompanhando a Emenda 44. Nós de Maringá, onde estamos no rádio todo o final de semana, sábado e domingo, que vemos em frente à Rádio Cultura de Maringá, ao lado da Coletoria Federal, permanentemente nada menos do que dez menores dormindo todas as noites cobertos por jornais. Sentimos que a sua idéia é louvável, que sua Emenda vem atender uma necessidade.

Portanto, peço a todos os Senhores Deputados que votem a favor desta Emenda.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta Presidência registra, com muita satisfação, a presença do Reverendíssimo João Basílio Lousten, Bispo Ucraniano de Nova Iorque e que se faz acompanhar do Reverendíssimo Dom Efrain Krevei, Eparca da Comunidade Ucraniana Católica do Brasil. Esta Presidência se orgulha de recebê-los. Concede a palavra, para encaminhar, ao Deputado Paulino José Delazeri.

O SR. PAULINO JOSÉ DELAZERI - Senhor Presidente, Senhores Deputados que compõem a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e que neste momento estão na iminência de tomarem uma decisão importante neste Parlamento.

Queremos nos manifestar sobre a Emenda do nosso colega de Bancada e de Assembléia Legislativa, Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Queremos dizer que nunca fomos e nunca seremos "mercadores de ilusões", porque abordar da forma como está sendo abordado o problema do menor é, no mínimo, escamotear a profundidade e a gravidade do problema do menor no Brasil.

Muitos aqui se manifestaram e houve até Deputados dizendo que quem votasse contra esta Emenda não teria mais moral para subir à tribuna desta Casa.

Quero dizer, Senhor Presidente, que no nosso entendimento, o problema do menor nos municípios aqui no Paraná e no Brasil inteiro não é problema de criação de um pequeno órgão que se sobrepõe a outros. Mas sim, Senhor Presidente é um problema da estrutura nociva da nossa sociedade e muitas vezes nós não queremos curar estes problemas com a profundidade que merecem.

Entendo, Senhor Presidente, que o verdadeiro crime contra o menor que se pratica neste país são os grandes escândalos financeiros promovidos pelos governos autoritários e ainda por este Governo Federal que aí está.

Quero dizer, Senhor Presidente, lembrando aos colegas desta Casa, que quando o Governo Federal extinguiu o Banco Nacional de Habitação, ele não o fez com o objetivo de mudar a política habitacional



deste país; ele o fez sim, Senhor Presidente, para apagar da memória dos brasileiros o escândalo financeiro que retirou do Banco Nacional de Habitação, portanto do povo brasileiro, mais de 150 bilhões de cruzados, trilhões de cruzeiros, que não mais do que 15 grupos econômicos financeiros roubaram do povo brasileiro.

Este é o problema do menor neste País, Senhor Presidente. Quero dizer que o crime contra o menor, como o crime contra toda a sociedade, é o crime que se pratica neste momento no Governo Federal, quando traindo o povo brasileiro, mudou a política econômica e está levando à falência, centenas de milhares de pequenas propriedades rurais e pequenas propriedades urbanas.

No Plano Cruzado I, o Governo Federal fazia uma aliança política com os trabalhadores, com os pais e com os responsáveis pelos menores abandonados de ontem, de hoje e de amanhã, e fazia uma aliança política com o capital produtivo para que neste país a usura tivesse fim. Agora, Senhor Presidente e Senhores Deputados, o Governo Federal, pressionado pelos grandes grupos financeiros que praticam a usura neste país, e aliado aos grandes grupos econômicos monopolistas e oligopolistas nacionais e estrangeiros, está aí a praticar uma política que prejudica o trabalho e o capital produtivo.

Isto é um crime contra o menor e contra a sociedade, Senhor Presidente. Porque não falar também do crime cometido pela política agrícola desenvolvida pelo regime autoritário implantado em 1964, neste País, que modificou a política no sentido de privilegiar as culturas agrícolas de exportação, porque assim o queriam os donos do Poder que moram lá no estrangeiro, lá na Europa, e nos Estados Unidos, deixando-se de produzir alimentos para os menores? Hoje a menores estão condenados a ser sub-seres humanos, porque não tiveram a alimentação garantida nos primeiros meses de vida e nos primeiros anos de vida.

Poucas vozes, da ARENA naquela época, se levantaram contra tal política. E hoje está aí o resquício do sub-humano, que é o menor abandonado, condenado indefinidamente a ser um cidadão não de primeira categoria, com os homens que têm os direitos fundamentais como alimentação, saúde e habitação garantidos, Senhor Presidente.

O crime que se pratica contra o menor abandonado, Senhor Presidente, é ter neste país, seis Ministérios Militares para consumir o dinheiro do orçamento federal que deveria ser aplicado em saúde, em alimentação e na agricultura voltada para o abastecimento alimentar e popular.

E está aí, Senhor Presidente e Senhores Deputados: Ministério do Exército, Ministério da Aeronáutica, Ministério da Ma-

rinha, Ministério do Estado Maior das Forças Armadas, Ministério do SNI, Ministério do Gabinete Militar da Presidência da República consumindo os recursos produzidos pelos trabalhadores. Este é o crime contra o menor, e não adianta, Senhor Presidente, fazer uma Emenda que muita gente acha que é a salvação do menor do Paraná. E tenho a coragem de dizer o que penso dessa Emenda, mesmo sabendo das conseqüências demagógicas que poderão ser usadas contra nós.

Quero dizer, Senhor Presidente, que ainda esta semana, em contato com o Deputado Rubens Bueno, a pedido de uma instituição representativa de categoria social, eu me dirigi a ele para pedir recursos para construção da sede dessa entidade. E ele, em alto e bom som, me dizia, porque tem a coragem de fazê-lo: "Paulino, a prioridade não é construir sedes para entidades de classe; a prioridade aqui é construir creches, é construir pré-escolas, é fazer convênios com os municípios, no sentido de curar os grandes problemas sociais deste Estado. E o fundamental deles é o problema do menor".

E esta Emenda, Senhor Presidente, devo dizer, esclarecer, e peço a atenção dos Senhores Deputados, ela vem, exatamente na contra-mão da reforma administrativa proposta pelo Governador Álvaro Dias, que procura extinguir vários organismos que se sobrepõem uns aos outros, criando a ociosidade e a dupla ação com relação ao mesmo problema.

Tudo que está sendo proposto no item 5 da Emenda do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, está contemplado no item 4 da Mensagem do Governador Álvaro Dias.

O que nós faríamos, Senhor Presidente, ao aprovarmos esta Emenda, não por ser inconstitucional, porque eu não me ateno a tais detalhes e não respeito muito isso, porque nem tudo que é legal é moral.

Por isso, não considero a inconstitucionalidade do fato; considero sim, Senhor Presidente, que nós estaríamos criando mais um organismo lá na Governadoria, que pode ser assumido pela Secretaria do Trabalho e Assuntos Comunitários, cuja política é uma política decente, porque hoje mesmo o Deputado Rubens Bueno, Secretário do Trabalho e Ação Social está na região Oeste, em Cascavel, em contato com os organismos que tratam dessa questão na região, para saber como encaminhar a solução desses problemas.

Portanto, Senhor Presidente, precisa-se coragem, sim, para dizer que esta Emenda é contrária ao espírito da Administração Álvaro Dias e do PMDB, que é no sentido de extinguir organismos que se sobrepõem.

Não queremos que a solução do problema do menor seja atacada paliativamente, como



é, por uma ação do Governo Estadual, mas que tenha uma solução definitiva, atacando-se os problemas estruturais deste País. Mas queremos que, neste momento, a Secretaria do Trabalho e Ação Social, assuma em definitivo, sem sobreposição de outros organismos que onerariam o dinheiro e os custos do dinheiro público, para desenvolver essa ação de tanta importância. Por isso é que nós estamos nos manifestando nesse sentido.

E queremos dizer que homens interessados na solução desses problemas devem refletir sobre os problemas estruturais, e o problema estrutural é a desigualdade, são as aposentadorias imorais, são as aposentadorias privilegiadas, inclusive neste Parlamento.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, o orador que discute a Emenda está fugindo da matéria. Peço que seja respeitado o seu conteúdo.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Esta Presidência comunica a Vossa Excelência que já se esgotou o seu prazo de dez minutos, atendendo à questão de Ordem do Deputado Erondy Silvério, que reclamou que esta Presidência não desse um minuto a mais, visto que o tempo de dez minutos era o bastante para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Em votação a Emenda de n. 44. Os Senhores Deputados que a aprovam, queiram levantar-se. APROVADA POR UNANIMIDADE.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Chegaram à esta Presidência dois requerimentos do Deputado Caíto Quintana. O primeiro, "requer preferência de votação das Emendas, 1, 27, 45 e 48 e que as demais Emendas com Pareceres contrários, sejam votadas em conjunto. Em votação, o Requerimento.

O SR. ALGACI TÚLIO - Pela Ordem. (Assentimento).

Senhor Presidente, esta Casa é um Parlamento onde nós temos o direito de discutir todas as emendas, discutir as nossas posições. Nós queremos encarecer aos Parlamentares do PMDB, que me parecem tão apressados para aproveitar o feriadão, que esta Casa precisa discutir e tem que ser valorizada, e o ponto de vista de cada um dos Senhores Deputados deve ser respeitado, por esta razão a Bancada do PDT vota contrário ao requerimento.

O SR. PEDRO TONELLI - Pela Ordem. (Assentimento).

Eu, da mesma forma, em nome do Partido dos Trabalhadores, gostaria de dizer que

nós não concordamos com o pedido do Deputado Caíto Quintana, pedindo que se vote em bloco as demais Emendas. Nós temos que discutir uma por uma, e se possível em ordem, para não desprezar ninguém.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Pela Ordem. (Assentimento).

Em nome da Bancada do PDT, pergunto a Vossa Excelência, se não vai se ferir o regimento da Casa, ao cercear-se os Deputados de discutir as Emendas, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Esta Presidência diz ao Deputado Antônio Belinati que o requerimento pede preferência de votação para quatro Emendas, e solicita também que sejam discutidas, e que as emendas com Pareceres contrários, que são as demais, se façam votação conjunta. E tem um outro requerimento, que pede que o encaminhamento da votação se faça também em conjunto. Esta Presidência não cerceará a liberdade de nenhum Senhor Deputado e todos poderão discuti-lo.

O SR. RAFAEL GRECA - Pela Ordem. (Assentimento).

Senhor Presidente, o texto do requerimento é muito claro, e precisa que fique registrado nos anais da consciência política do Paraná que esta Assembléia, que ao se tentar a discussão de cinquenta e sete emendas, lançadas na vala comum como anti-constitucionais e anti-econômicas pelas comissões, se tenta agora conceder a cada Deputado só dez minutos para discutir as cinquenta e sete Emendas. Como não é possível fracionar os dez minutos em cinquenta e sete instantes plausíveis de linguagem, ou plausível foneticamente de expressão, é claro que a Bancada do PMDB quer calar a consciência política do Paraná.

Se têm medo da discussão, talvez tenham mais medo, no futuro, da história, os que falam tanto em impunidade. Eu acho que foneticamente, lingüisticamente, não é possível a tradução de cinquenta e sete Pareceres em dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Pela Ordem, concedo a palavra ao Deputado Caíto Quintana, logo após ao Deputado Erondy Silvério.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente.

O objetivo é muito claro no requerimento. Nós não queremos cercear o direito de qualquer parlamentar em discutir as Emendas. Nós estamos pedindo preferência de votação para quatro Emendas. Nós estamos pedindo que as demais sejam votadas em bloco. Não estamos obstruindo o encaminhamento da votação das Emendas quando vota-

das em bloco. Coloca-se que são dez minutos para cada Deputado: nós somos nesta Casa, cinqüenta e quatro Deputados, multiplicados, por dez minutos, a cada Deputado para encaminhamento. Senhor Presidente, nós estamos há quinze, vinte dias discutindo essas Emendas, esse Projeto, essa Mensagem aqui no Plenário. Acreditem, nobres Deputados que levantaram Questão de Ordem anteriormente, que não cerceamos o direito de ninguém. E pedimos, data vênha às demais Bancadas, que compreendam o espírito do requerimento, quando só solicitamos a votação em bloco em cercear o direito de encaminhamento.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Pela Ordem. (Assentimento).

Senhor Presidente, apenas por uma questão de justiça, devo dizer que não é a Bancada do PMDB que está tentando cercear o direito de qualquer Deputado nesta Casa. Alguns dos Senhores Deputados estão identificando fantasmas neste requerimento e eles não existem.

Foi por solicitação do nobre Deputado Basílio Zanusso, que é da Oposição, Líder do Partido da Frente Liberal, que consultou a Liderança da Bancada do Partido Trabalhista Brasileiro, sobre a conveniência do encaminhamento da votação em bloco, para evitar essa demagogia que está campeando aqui entre alguns dos Senhores Deputados. Então cada Deputado discutiria a emenda do seu interesse em bloco. Era o encaminhamento de votação.

Não tem nada a ver com o requerimento de preferência de votação. E nós é que o solicitamos, eu o Sr. Deputado Basílio Zanusso, que é da Oposição. Solicitamos ao Líder da Bancada da maioria, a apresentação deste requerimento, que por gentileza, ele não nos trouxe para assinar, senão estaria com a nossa assinatura.

Portanto, não há uma manobra do Partido da Maioria. Apenas por uma questão de justiça é que presto esses esclarecimentos aos Srs. Deputados que levantaram a questão anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lindolfo Júnior.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Sr. Presidente, eu gostaria que Vossa Excelência lesse novamente os requerimentos, e que houvesse um silêncio absoluto, para que entendêssemos esse requerimento, e posteriormente gostaríamos de um esclarecimento também, do Líder da nossa Bancada, o PFL, Sr. Deputado Basílio Zanusso.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Requerimento de autoria do Sr. Deputado

do Caíto Quintana, constante do expediente, requer Preferência de Votação das Emendas n. 1, 27, 45 e 48. E as demais Emendas com Pareceres Contrários se façam em votação conjunta.

Então, seria votada a preferência das quatro emendas numeradas e após, as demais seriam discutidas, depois da preferência das mesmas.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR (Pela Ordem) Sr. Presidente, apenas parece uma manobra. Gostaríamos então de votar, porque não votamos todas as emendas de uma só vez, como propõe o Líder do PMDB, e o Líder do Governo?

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Que Vossa Excelência faça chegar à Presidência o requerimento, e esta Presidência o colocará em votação.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - (Pela Ordem) Sr. Presidente, eu me dirigi ao Deputado Erondy Silvério há poucos minutos, consultando-o quanto à possibilidade de entendimentos das Lideranças das Bancadas desta Casa, para discutir as Emendas, algumas delas de maneira global. Em instante algum passou pela cabeça deste Deputado - e nem propôs a ninguém -, que discutíssemos cinqüenta e tantas emendas, em apenas dez minutos, que é o tempo regimental reservado para cada emenda, no seu encaminhamento.

A propósito disso e acatada a minha sugestão, o Sr. Deputado Erondy Silvério disse que havia amparo regimental, porque ninguém nesta Casa conhece melhor que ele o Regimento Interno, e nós nos dirigimos às demais Lideranças, especialmente à do PMDB.

Como coincidia com os interesses da Bancada majoritária, as providências foram tomadas. Porém, este Deputado, voltando à Liderança do PMDB, pediu para que se incluísse nas Emendas para as quais se pediu destaque, algumas de autoria da nossa bancada, da mesma forma que imaginei fosse o procedimento da liderança do Partido majoritário, com as demais lideranças de Oposição.

Não pretendeu este Deputado, repito, cercear a palavra de ninguém, e não é este o meu papel; mas, também entendo que, dando cada parlamentar a oportunidade de ocupar a tribuna por cinco, seis vezes, na apreciação, no encaminhamento dessas Emendas, daria em média cinqüenta a sessenta minutos para cada parlamentar, o que julgo ser o bastante necessário.

Porém não tive e repito - a bem da verdade - a pretensão de reduzir o tempo de duração desta sessão.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor

Presidente, não podemos entender esse tipo de atitude, e não vejo condições para que as pessoas que pedem transferência para cada quatro ou cinco das emendas, tenham o direito de analisar se as demais são inferiores a estas.

Isto é até uma questão de desmoralização às demais Emendas propostas pelos Srs. Deputados; todas têm o mesmo valor e todas devem ter o mesmo respeito.

Se prevalecer este requerimento, demonstra-se nesta Casa um massacre às Oposições, e nós não podemos permitir que isso aconteça.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - (Pela Ordem)

Sr. Presidente, eu gostaria de dizer, refutando as acusações que são feitas contra a Bancada do PMDB, pelo Sr. Deputado Algaci Túlio, que quem está tentando massacrar a maioria, é a minoria. A minoria participa democraticamente mas não decide, porque assim quis a vontade do povo do Paraná, nas eleições de 15 de novembro.

A vontade do povo foi para que o PMDB fosse um bloco maior do que os dos outros partidos, e portanto a maioria vai decidir se há conveniência e se há interesse político sobre determinada matéria, de acordo com aquilo que o Regimento assegura às bancadas e aos parlamentares.

Portanto, não é um massacre do PMDB contra os interesses dos pequenos Partidos. O que há aqui é apenas a conveniência e a oportunidade que estão sendo discutidas para se aproveitar e votar, em menor espaço de tempo possível, as matérias que a maioria entender que não devam prevalecer sobre outras emendas que o Parlamento irá neste momento apreciar.

Muito obrigado.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem)

Artigo 97, Sr. Presidente.

Eu só quero dizer aos Srs. Deputados que acompanhei de perto a conversa do Sr. Deputado Erondy Silvério com relação as lideranças de outros Partidos, e acho e entendo que esse Plenário é soberano para julgar.

Quando se levanta que é um complô do PMDB, para que sejam votados os requerimentos, eu discordo disso. Há que se lembrar outra bancada que quando era maioria nesta Casa, não praticava a democracia que nós do PMDB, da nossa Bancada, usamos aqui nesta Casa.

Então, eu acho que caberia a Vossa Excelência colocar os requerimentos em votação e que os Srs. Deputados votassem.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) Sr.

Presidente, eu encareço, dentro do espírito democrático que norteia esta Casa, para que esta sessão seja suspensa por

quinze minutos, para que as Lideranças possam conversar com seus liderados, a fim de que haja entendimento.

Caso contrário, a Bancada do PDT se retira do Plenário.

Muito obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) Sr.

Presidente, solicito a Vossa Excelência o cumprimento do Regimento Interno, onde, Pela Ordem, quanto ao mesmo assunto, só se pode pedir a palavra de uma única vez.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) -

Não foi sobre o mesmo assunto.

Em votação o requerimento...

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - (Pela Ordem) Sr.

Presidente, gostaria de pedir a Vossa Excelência que acatasse o pedido do eminente Deputado Algaci Túlio, para que as Lideranças pudessem conversar, porque senão, veja bem Vossa Excelência, temos emendas da mais profunda importância para o Estado do Paraná, não é o interesse da minoria em detrimento da esquerda que ali está.

A contratação de pessoal, a qualquer título, na administração direta ou indireta, dependerá da existência de vaga e de aprovação prévia em teste de seleção pública ou em concurso público de provas de títulos, cuja realização será antecedida de ampla divulgação pela Secretaria de Estado da Comunicação Social.

Sr. Presidente, para evitarmos o empreguismo, o clientelismo, já que o Governador Álvaro Dias fala numa modernização administrativa, numa Reforma Administrativa, contratar pessoal num órgão da administração direta ou indireta que contar com o quadro de pessoal próprio.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) A

Mesa solicita a Vossa Excelência, Sr. Deputado Lindolfo Júnior, que faça chegar à Presidência um pedido de preferência dessa emenda, deste artigo que Vossa Excelência destaca.

Está em votação o requerimento do Deputado Caíto Quintana.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Muito bem, Sr. Presidente.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Eu en-

dosso o pedido do Sr. Deputado Algaci Túlio, de que tenhamos tempo para discutir o conjunto das emendas. E acho que o Líder da Bancada do PMDB, Deputado Caíto Quintana, não explicou, nem o Sr. Deputado Domingos Scarpellini.

Reconhecemos a maioria numérica aqui nesta Casa, só que não podemos entender o

porquê dos Srs. Deputados não quererem discutir emenda por emenda. Se os Srs. Deputados da maioria não têm argumentos para discutir e repudiar as nossas emendas, eles que o digam.

Deve haver explicações do porquê de não ouvir e rejeitar as nossas emendas. Deveríamos encontrar as formas democráticas de se aprovar a Reforma Administrativa.

Muito obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) Sr. Presidente, solicito de Vossa Excelência que, no pedido de Ordem, uma vez mais, que respeitemos que só se pede Pela Ordem para o mesmo assunto uma vez.

E, em segundo lugar, que Vossa Excelência está sendo benevolente e democrático - eu entendo -, mas Vossa Excelência coloque o requerimento em votação, porque senão vamos ficar até tarde discutindo em questão de ordem se votamos ou não votamos. Eu assumo, na condição de Líder da Bancada do PMDB, a responsabilidade pelo requerimento que está na mesa e solicito de Vossa Excelência que o coloque em votação.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, com base no art. 165 "Na segunda discussão será votado, em primeiro lugar, o projeto, artigo por artigo, e em seguida as emendas, uma por uma." O requerimento, se aprovado, pode até anular completamente essa votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - O projeto já foi votado e as emendas estão sendo votadas uma a uma, porém esta Presidência recebeu um requerimento da liderança do partido majoritário pedindo preferência para algumas e englobando as demais. Esta Presidência vai colocar...

O SR. LINDOLFO JÚNIOR (Pela Ordem) - Senhor Presidente, foi votado o aspecto legal do Projeto, agora vamos votar a oportunidade...

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Em votação o requerimento do Deputado Caíto Quintana.

O SR. RAFAEL GRECA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, ainda com base no art. 165 "Na segunda discussão será votado, em primeiro lugar, o projeto, artigo por artigo, e em seguida as emendas, uma por uma". Por entender que o requerimento do Deputado Caíto Quintana, na expressão segunda do seu texto, fere frontalmente este Poder Legislativo, por entender que a Assembléia tem poder de voto e não de veto, e não se

pode considerar umas emendas de primeira classe e outras de segunda classe, eu requeiro a votação nominal do requerimento do Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, apenas para colocar o art. 168 do Regimento Interno, que diz que "Quando o projeto contiver um número considerável de artigos, a votação em segunda discussão poderá ser feita por títulos, capítulos, seções ou grupos de artigos, se assim resolver a Assembléia, a requerimento de qualquer Deputado." Está na mesa o pedido para votar esses artigos de conformidade com o Regimento Interno.

O SR. EZEQUIAS LOSSO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, gostaria de fazer um apelo à Liderança do PMDB no sentido de que fosse reformulado o requerimento para que as discussões fossem globais. Entretanto, seja a votação individualizada para que não se alegue futuramente qualquer vício no processo de votação em 2. discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, mais uma vez está se fazendo confusão. Eu acho que está pecando a assessoria extra que tem a Casa, o PDT, porque cita o art. 165 do Regimento Interno, mas se esquece de ler três artigos adiante que é o 168, o qual permite, uma vez aprovado pelo Plenário da Casa, a votação, não só do projeto, que não é o caso, porque o Projeto já foi votado, mas permite a votação em bloco, por capítulos. Então, não há o que misturar uma coisa com outra. O requerimento do Deputado Caíto Quintana tem amparo regimental.

O SR. RAFAEL GRECA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, ainda uma vez apresentamos à apreciação da Mesa, e com todo o respeito devido à experiência parlamentar do Deputado Erondy Silvério, o artigo 169 que fala em claro e bom português que a votação de emendas em bloco só poderá ser concedida para as que se referirem a um mesmo artigo, e tiverem pareceres no mesmo sentido. Ainda que tenham todas elas o parecer condenatório no mesmo sentido. Elas não se referem ao mesmo artigo, porque 57 é um numeral diferente da unidade. Isto desafia a inteligência da população do Paraná, que cursou o pré-primário, que conhece os algarismos arábicos. O um não é o conjunto, o todo.

O SR. VALDERI MENDES VILELA (Pela Ordem)

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Pela Ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Não estamos entendendo principalmente a aplicação do artigo 168 quanto ao requerimento do Líder do PMDB. Aí há uma preferência por quatro ou cinco emendas e o restante num bloco só. Não tem nada disto escrito no 168, que diz: Capítulo, Sessões, seguindo adiante. Não há condições de votar este requerimento, que infringe até o artigo 168.

O SR. JOSÉ FELINTO (Pela Ordem) - Artigo 165.

Gostaria que a Mesa esclarecesse ao Plenário que, como disse o Deputado Algaci Túlio, invocando o artigo 165, que me parece que esqueceram e onde está bem claro: diz que na segunda discussão será votado, e este projeto já foi votado em segunda discussão.

O SR. RAFAEL GRECA (Pela Ordem)

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Com a palavra o Senhor Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Conciliando o artigo 169 com o artigo 146, votado globalmente, discutido separadamente. É o que expressa o Regimento da Casa. Votado globalmente, nós também votamos. Discutido separadamente, é o direito que pedimos que seja assegurado às Oposições.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR (Pela Ordem) - Nós, da Oposição, sempre da tribuna nos manifestamos favoráveis à administração, à reforma administrativa e à intenção do Governador Álvaro Dias. Mas, se não nos for dado o direito de discutir uma a uma destas emendas, que interessam ao Estado do Paraná, saiba Vossa Excelência que as Oposições se retiram do Plenário em sinal de protesto contra o "rolo compressor" que querem usar aqui na Assembléia Legislativa.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Quanto à colocação do ilustre Deputado Lindolfo Júnior, de um voto de protesto, retirar-se deste Plenário, invoco o artigo 37 do Regimento, dizendo que são trinta e sete Deputados do PMDB que votarão a reforma administrativa do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente, se pudermos votar todas as emendas e discuti-las com profundidade, requeremos inclusive votação nominal, para que o Paraná e a história saibam quem votou a favor ou contra a moralização deste Estado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente,

reitero ainda meu pedido de suspensão de quinze minutos, para melhor entendimento, para que haja consenso nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Pergunto à Liderança do PMDB se pretende dialogar com os demais Partidos.

O SR. RAFAEL GRECA - É um desrespeito, Senhor Presidente, se falar sobre um artigo inexistente no Regimento.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Vossa Excelência tem a palavra, Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Se Vossa Excelência se dignar, eu pediria que colocasse em votação o meu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Esta Presidência fez um apelo final, e já que não há entendimento vai colocar o requerimento em votação, porque o Plenário é soberano para decidir. Em votação o requerimento do Deputado Caíto Quintana. Os Deputados que aprovam, queiram permanecer como estão. Aprovado.

O SR. RAFAEL GRECA (Questão de Ordem, Senhor Presidente).

O Senhor não nos respondeu a questão de ordem que conciliava o artigo 146, com o artigo 169. Votadas globalmente, discutidas separadamente. Senhor Presidente, o Senhor é Presidente da Assembléia como um todo; não é Presidente deste Regimento que se reporta a um artigo 37, que não existe, aliás, o ano de 37 é o ano da Constituição autoritária, que Getúlio Vargas promulgou neste País e que esmagou as liberdades democráticas.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Vossa Excelência, Deputado Rafael Greca, terá oportunidade de discutir o próximo requerimento que trata sobre esta matéria. O primeiro foi aprovado.

O SR. RAFAEL GRECA (Pela Ordem, Sr. Presidente). As Oposições vão se retirar deste Plenário deixando ao PMDB o papel de coro do Palácio Iguaçu, e quem sabe em tom gregoriano, da idéia final.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Requerimento do Deputado Caíto Quintana, que requer ao Plenário votação das emendas apresentadas ao Projeto de Lei n.32/87, se façam em conjunto. Os Deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

O SR.ANTÔNIO BELINATI (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

Solicito verificação de votação, com chamada nominal.

O SR.PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - A Mesa defere e fará a verificação e o Senhor 1º Secretário fará a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR.1º SECRETÁRIO (Procede a chamada nominal dos Senhores Deputados).

50 Senhores Deputados responderam a chamada.

O SR.PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - 50 Senhores Deputados responderam a chamada. Obedecendo à verificação... Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. 50 Senhores Deputados aprovam.

O SR.EDMAR LUIZ COSTA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, com fundamento no artigo 176, § 2º do Regimento Interno, quando da verificação de votação, para que seja descontado o respectivo <sup>o</sup>jeton, porque esse artigo determina no § 2º. (Lê...).

O SR.PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Obedecendo a preferência de votação, Emenda n. 1.

Os Senhores Deputados que aprovam a Emenda n. 1, queiram levantar-se.

Aprovado.

O SR.DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Gostaria que registrasse a ausência dos outros Partidos que abandonaram o Plenário, e que estão contra a reforma administrativa. Está o PTB aqui que quer o bem-estar do Paraná e da população.

O SR.ERONDY SILVÉRIO (Pela Ordem) - Nós estamos apenas cumprindo o nosso dever; o que não merece realce nem destaque. Estou ganhando para isso, o nobre Deputado Luiz Antônio Setti está ganhando. Não há nenhuma razão dessa atitude intempestiva de alguns Senhores Deputados, porque invocou-se aqui dispositivos regimentais que seriam aplicados no segundo requerimento e não no que estava sendo objeto de votação, que era o primeiro requerimento. A Assessoria da Oposição falhou; a Assessoria de alguns Senhores Deputados falhou na oportunidade.

Eu gostaria apenas que Vossa Excelência - nós declinamos da honra - que Vossa Excelência não levasse em consideração o requerimento do nobre Deputado Dirceu Manfrinato, e que apenas constasse que a votação foi por unanimidade.

O SR.PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Vos-

sa Excelência será atendido.

Emenda n. 27.

Em votação, com pareceres favoráveis da CCJ. Os Senhores Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado por unanimidade.

Emenda n. 45.

Em votação, com parecer contrário da CCJ, Finanças e Recursos Humanos.

Os Senhores Deputados que aprovam a Emenda, queiram levantar-se. A forma é inversa, quando o parecer é contrário. Queiram levantar-se para aprovar a Emenda requerida pela Liderança do PMDB.

Aprovada por unanimidade.

O SR.PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Obedecendo ainda a preferência, em votação a Emenda n. 48. Com pareceres contrários da Comissão de Justiça, Finanças e Recursos Humanos. Aprovada por unanimidade.

Em votação a Emenda da Comissão de Justiça, com parecer favorável da Comissão de Finanças e Recursos Humanos. Aprovada.

Em votação a Emenda de n.32, anexada a este Projeto oriundo da Mensagem n. 36/87, com parecer favorável da Comissão de Justiça e Finanças. Aprovada.

Em votação, obedecendo o requerimento da Liderança do PMDB, em votação as demais emendas englobadas, com pareceres contrários da Comissão de Finanças, Justiça e Recursos Humanos. Rejeitada por unanimidade.

O SR.EDMAR LUIZ COSTA (Pela Ordem)  
(Assentimento)

Eu requeiro, Senhor Presidente, que conste da Ata dos trabalhos que eu voto favorável às Emendas de ns. 26, 41, 43, 46, 47, 49 e 55, de conformidade com a manifestação que fiz ontem na Comissão de Constituição e Justiça.

O SR.PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Vossa Excelência será atendido. E também a manifestação do Deputado Anibal Khury, no mesmo sentido do Deputado Edmar Luiz Costa.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 03/87 (Mensagem n. 06/87 - ex-Proposição n. 016/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL POR UNANIMIDADE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 18.11.85, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura, e o município de Medianeira, objetivando a execução de um plano de fomento à agropecuária naquela municipalidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 20/87, de autoria do PODER EXECUTIVO (Men-

sagem n. 27/87), que autoriza o Poder Executivo doar à Associação Comercial e Industrial de Engenheiro Beltrão o imóvel constituído pela data n. 16, da quadra n. 36, com área de 779,80 m<sup>2</sup>, localizado naquele Município, conforme matrícula n. R1/7.600, Livro 2, do Registro de Imóveis da Comarca de Engenheiro Beltrão. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publicado no DA. n. 16, de 17.03.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N. 020/87

PARECER:

O Projeto de Lei n. 020/87, oriundo de Mensagem Governamental n. 27/87, visa autorizar o Poder Executivo a doar à Associação Comercial e Industrial de Engenheiro Beltrão o imóvel constituído pela data n. 16, da quadra 36, com área de 779,80 m<sup>2</sup>, localizado naquele Município, conforme matrícula n. R1/7.600, Livro 2, do Registro de Imóveis da Comarca de Engenheiro Beltrão.

A competência para a sobredita doação é da Assembléia Legislativa com a sanção do Governador, conforme o estabelecido no Art. 21, item VIII, Letra "C", da Constituição do Estado do Paraná.

A medida proposta consulta plenamente aos interesses da administração e da coletividade, pois a doação de tal imóvel visa possibilitar a construção da sede da Associação Comercial e Industrial de Engenheiro Beltrão, entidade prestadora de serviços à comunidade daquela região.

Nestas condições, nosso Parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação. É o Parecer.

Sala das Comissões, em 13.04.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

ERONDY SILVÉRIO

Relator.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Sobre a mesa, requerimento de autoria dos Senhores Deputados Hermas Brandão e Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Laurindo Francisco, ocorrido no dia 28 de abril do corrente ano, no Município de Cambará. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando votos de congratulações pela passagem do 116.º aniversário do município de Imbituva. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Assembléia Nacional Constituinte, enca-

recendo a criação de um seguro para a agricultura, visando apoiar os agricultores em casos de frustração de safras ou desastres econômicos. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro do Interior do Chile, encaminhando Moção de Apoio à Comisión Chilena dos Derechos Humanos, pela libertação do líder socialista, exilado por mais de doze anos, Clodomiro Almeyda. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a pavimentação asfáltica da estrada que dá acesso à localidade de Vila Rica, no município de Fênix. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a pavimentação asfáltica da estrada que liga o Município de Inajá ao Distrito de Florópolis, no Município de Paranapoema e deste à localidade denominada Placa Noroeste, que dá acesso à PR. 464. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a construção da ponte sobre o Rio Andirá, na divisa dos Municípios de Ourizona e São Jorge do Ivaí. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Agricultura e do Abastecimento, encarecendo a construção de um armazém graneleiro, no Município de Paranapoema. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Chefe da Casa Civil do Governo do Estado, encarecendo estudos para a criação de um seguro para a agricultura a nível estadual, junto aos bancos e às entidades representantes da agricultura. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao ex-ministro da Fazenda, convidando-o para proferir palestra nesta Assembléia, sobre a economia brasileira, em data a ser definida. Aprovado. À Diretoria Legislativa.



Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo uma camada asfáltica na Avenida Getúlio Vargas, no município de Verê. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Agricultura, encarecendo providências no sentido de acolher as reivindicações constantes do documento apresentado pela Comissão de Agropecuária, da AMSOP - Associação dos Municípios do Sudoeste Paranaense à suinocultura. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Educação, encarecendo a inclusão, no Plano de Obras da FUNDEPAR, da construção de uma quadra de esportes na Escola Estadual Marechal Deodoro da Fonseca, ensino de primeiro grau, no Distrito de Sede Progresso, no município de Verê. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Masingan, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Agricultura e Abastecimento, encarecendo a viabilização dos itens constantes do documento de reivindicações da Comissão Agropecuária, integrada à AMSOP - Associação dos Municípios do Sudoeste Paranaense. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulino José Delazeri, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Agricultura, para que o mesmo determine à Empresa Paranaense de Classificação de Produtos-CLASPAR, para que se faça coleta de amostra do café de consumo, comercializado no Paraná. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do BANESTADO, encarecendo a instalação de uma agência do referido Banco no Distrito de Ivaté. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente da FUNDEPAR, encarecendo a construção de uma quadra de esportes, na Escola Estadual Doutor Antenor Pâmphilo dos Santos - Ensino de primeiro grau, no município de Iporã. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio constante do expediente, solicitando votos de congratulações pela passagem do "Dia do Trabalhador". **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Raul Lopes, constante do expediente, solicitando voto de louvor pela passagem do Dia do Trabalhador. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando que esta Casa, através de sua Comissão de Agricultura, participe diretamente da Campanha de Prevenção e Combate ao Bicudo do Algodoeiro, anunciada pela Secretaria da Agricultura. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Coordenador do INCRA, encarecendo cópia da Carta de Ordem reexpedida pelo Supremo Tribunal Federal, autorizando o INCRA a promover a regularização fundiária das glebas de terras cujos títulos dominiais foram cancelados no Imóvel Piquiri, no Município de Nova Aurora. **Rejeitado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 04, à hora regimental com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO- dos Projetos de Lei ns. 177/86, 189,86 e 32/87.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 20/87 e do Projeto de Resolução n. 03/87.

Levanta-se a sessão.

#### COMISSÃO DE AGRICULTURA

1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA SESSÃO DE INSTALAÇÃO

Aos vinte e oito dias do mês de abril de hum mil novecentos e oitenta e sete, na Sala das Comissões, reuniram-se os membros indicados pelas Lideranças para compor a Comissão de Agricultura, com o fim de proceder a sua instalação e escolha dos órgãos diretivos, na forma regimental. Assumiu a Presidência dos trabalhos, o Deputado QUIELSE CRISÓSTOMO, que verificou a existência de número legal e declarou instalada a Comissão, anunciando em seguida a realização das eleições para Presidência e Vice-Presidente. Procedido o sufrágio, constatou-se a eleição por unanimidade, dos nomes dos Deputados DOMINGOS SCARPELLINI e ANTÔNIO COSTENARO, para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

te. Assumindo o cargo para o qual foi eleito, o Deputado DOMINGOS SCARPELLINI, agradeceu a confiança nele depositada, prometendo tudo fazer para continuar honrando a confiança de seus Pares. O Senhor Presidente, após determinar de que as reuniões da Comissão ficarão condicionadas a existência de matéria de sua competência, convidou o funcionário RUBENS BREMER para exercer as funções de Secretário. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, e para constar eu, RUBENS BREMER lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme, vai assinada pelo Senhor Presidente e demais membros para que produza os efeitos legais.

(a) DEPUTADO JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

DEPUTADO ORLANDO PESSUTI

DEPUTADO PAULO FURIATTI

DEPUTADO SABINO CAMPOS

DEPUTADO QUIELSE CRISÓSTOMO

DEPUTADO ANTÔNIO COSTENARO

DEPUTADO VALDERI VILELA

RUBENS BREMER

Secretário.

1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 07. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 1.987  
QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Srs. Deputados Anibal Khury e Alexandre Ceranto.

Às doze horas e vinte minutos, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Antônio Bárbara, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gerente Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Irondi Pugliesi, João Aruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborguetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (53). Achando-se em licença o Sr. Deputado Home-ro Oguido (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

# SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) Não havendo expediente a ser lido, Passa-se à

## ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 04/87 (Mensagem n. 12/87, ex-Proposição n. 22/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL POR UNANIMIDADE DA C.C.J., que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e do Comércio e as Fundações de Ensino Superior adiante mencionadas, nas datas e com os objetivos que especifica. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 05/87 (Mensagem n. 13/87, ex-Proposição n. 23/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL POR UNANIMIDADE DA C.C.J., que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e os Municípios de DOUTOR CAMARGO, PORTO RICO, CÉU AZUL, TOLEDO, UMUARAMA e PONTA GROSSA, nas datas e com os objetivos que especifica. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 06/87 (Mensagem n. 15/87, ex-Proposição n. 25/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL POR UNANIMIDADE DA C.C.J., que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e os Municípios que especifica, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando uma Sessão Ordinária para segunda-feira, dia 04, à hora regimental, com a Ordem do Dia já anunciada e mais

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução n. 04, 05 e 06/87.

Levanta-se a Sessão.